|  |  |
| --- | --- |
|  | **Logótipo adequado para aceder aqui**  **Formação jurídica**  **Formação Introdutória do Módulo de Formadores sobre Cibercrime e Provas Eletrónicas para Futuros Formadores.**  Manual de formação e Guia do formador - Versão x.x  Gabinete do Programa de Cibercrime - (C-PROC) Conselho Europeu - Conseil de l'Europe 48A Primaverii Blvd, 011975, Bucareste, Roménia  XX mês de 2017 |
| **www.coe.int/cybercrime**  eu_coe_JP1 |

|  |  |
| --- | --- |
| **Contacto:**  Divisão de Proteção de Dados e Cibercrime  Direção Geral dos Direitos Humanos  e Estado de Direito  Concelho Europeu,  Estrasburgo, França  Tel.: +33-3-9021-4506 Fax: +33-3-9021-5650 E-mail: [alexander.seger@coe.int](mailto:alexander.seger@coe.int)  **Matteo - Verifique se ainda está correto** | **Declaração de Exoneração de Responsabilidade:**  Este relatório técnico não reflete necessariamente as posições oficiais do Conselho Europeu ou do financiador deste projeto ou das Partes dos tratados referidos. |

**Conteúdo**

Índice

[1 Introdução 5](#_Toc523393467)

[2 Descrição geral 6](#_Toc523393468)

[2.1 Objetivo do Curso 6](#_Toc523393469)

[2.2 Porque é que esta formação é necessária? 7](#_Toc523393470)

[2.3 O currículo 7](#_Toc523393471)

[3 Como utilizar o guia de formadores 8](#_Toc523393472)

[4 Descrição geral do curso 9](#_Toc523393473)

[4.1 Quanto tempo dura o curso e para quem é? 9](#_Toc523393474)

[4.2 Quem vai apresentar o curso? 10](#_Toc523393475)

[4.3 Como o curso será apresentado? 10](#_Toc523393476)

[4.4 Objetivos do curso 10](#_Toc523393477)

[4.5 Alunos alvo e grupo de formadores 10](#_Toc523393478)

[4.5.1 Alunos 10](#_Toc523393479)

[4.5.2 Pré-requisitos de experiência 10](#_Toc523393480)

[4.5.3 Formadores 11](#_Toc523393481)

[4.5.4 Pré-requisitos de experiência 11](#_Toc523393482)

[4.6 Recursos 11](#_Toc523393483)

[4.7 Avaliação 11](#_Toc523393484)

[4.8 Objetivos do curso e aula 12](#_Toc523393485)

[4.9 Horário sugerido 17](#_Toc523393486)

[5 Contactos principais 18](#_Toc523393487)

[6 Planos de aula 19](#_Toc523393488)

[6.1 Aula 1.1.1 Abertura do curso 19](#_Toc523393489)

[6.2 Aula 1.1.2 Introdução ao cibercrime - Ameaças, tendências e desafios 22](#_Toc523393490)

[6.3 Aulas 1.1.3, 1.1.4 e 1.2.1 - Tecnologia 25](#_Toc523393491)

[6.4 Aula 1.1.5 Competências de formação 29](#_Toc523393492)

[6.5 Sessão 1.2.2 Legislação sobre cibercrimes “Legislação nacional substantiva relativa a cibercrimes” (Artigos substanciais) 32](#_Toc523393493)

[6.6 Aula 1.2.3 Legislação sobre cibercrimes “Legislação nacional substantiva relativa a cibercrime” 34](#_Toc523393494)

[6.7 Lição 1.2.4 e 1.3.1 Legislação sobre cibercrimes “Artigos processuais da Convenção de Budapeste sobre cibercrime” (Artigos processuais) 35](#_Toc523393495)

[6.8 Aula 1.3.2 Legislação sobre cibercrimes “Legislação nacional processual relativa a cibercrime” 37](#_Toc523393496)

[6.9 Aula 1.3.3 Práticas e procedimentos de provas eletrónicas 38](#_Toc523393497)

[6.10 Aula 1.3.4 Competências de formação Preparação e planeamento 42](#_Toc523393498)

[6.11 Aula 1.4.1 Cooperação internacional 44](#_Toc523393499)

[6.12 Aula 1.4.2 Cooperação pública privada 46](#_Toc523393500)

[6.13 Aula 1.4.3 Planeamento e preparação Envolvimento do público 49](#_Toc523393501)

[6.14 Aula 1.4.4 - Preparação para as apresentações dos delegados 52](#_Toc523393502)

[6.15 Aula 1.5.1 Apresentações dos delegados 54](#_Toc523393503)

[6.16 Aula 1.5.2 Encerramento do curso 55](#_Toc523393504)

[7 Avaliação 56](#_Toc523393505)

[8 Avaliação 57](#_Toc523393506)

[9 Anexos 58](#_Toc523393507)

**Índice a ser alterado quando o manual for finalizado**

# Introdução

Dada a dependência das sociedades em todo o mundo em tecnologias de informação e comunicação, os juízes e procuradores devem estar preparados para lidar com o cibercrime e provas eletrónicas. Embora em muitos países, as autoridades responsáveis pela aplicação da lei tenham conseguido fortalecer as suas capacidades para investigar o cibercrime e garantir provas eletrónicas, até ao momento, esse tem sido, em geral, menos o caso para juízes e procuradores públicos. No mundo de hoje, onde qualquer julgamento criminal tradicional pode envolver muitos tipos de provas eletrónicas, a urgência de uma ação para melhorar a situação nunca foi tão oportuna

A experiência sugere que, em muitos casos, os juízes e procuradores enfrentam dificuldades em lidar com as realidades do mundo cibernético. Portanto, são necessários esforços para permitir que os juízes e procuradores processem e julguem o cibercrime e façam uso de provas eletrónicas por meio de formação, trabalho em rede e especialização.

Um conceito de apoio a esses esforços foi desenvolvido pelo Conselho Europeu no âmbito do Projeto sobre Cibercrime, em cooperação com a Rede de Instituições de formação judiciária de Lisboa, em cooperação com um grupo de trabalho composto por várias partes interessadas no decurso de 2009.

O objetivo do conceito era ajudar as instituições de formação judiciária a desenvolver programas de formação sobre cibercrimes e provas eletrónicas para juízes e procuradores e integrar essa formação numa formação inicial regular e em serviço.

Os objetivos de um conceito de formação para juízes e procuradores são:

* Permitir que os institutos de formação ministrem a formação inicial e em serviço sobre cibercrime com base nos padrões internacionais
* Equipar o maior número possível de futuros juízes e procuradores com conhecimentos básicos sobre cibercrime e provas eletrónicas
* Fornecer formação avançada para um número crítico de juízes e procuradores
* Apoiar a especialização continuada e a formação técnica de juízes e procuradores
* Contribuir para o aumento do conhecimento através do trabalho em rede entre juízes e procuradores
* Facilitar o acesso a diferentes iniciativas e redes de formação.

Através do Projeto Regional da União Europeia e do Conselho Europeu, o CiberCrime@IPA (Cooperação Regional em Justiça Criminal: Reforço das capacidades na luta contra o cibercrime)[[1]](#footnote-1) foi criado um curso de formação introdutória sobre cibercrime e provas eletrónicas, testado e apresentado em numerosas ocasiões como parte de sucessivos projetos de reforço de capacidades do Conselho Europeu.

Juntamente com o curso, identificou-se que o método mais eficaz de oferecer formação sustentável seria fornecer um componente de competências de formação para a formação. Inicialmente, este foi alcançado ao projetar um módulo de dois dias para fornecer essas competências. Desde que o curso original foi desenvolvido, o mundo mudou, a tecnologia avançou e as técnicas para lidar com o cibercrime e os casos eletrónicos no sistema de justiça criminal avançaram. O feedback foi recebido em todas as ocasiões em que a formação foi realizada. Esta versão final do pacote de formação atualizada também considera o feedback e a necessidade de atualização expressos durante o workshop de formação judiciária realizada em Zagreb, de 11 a 12 de outubro de 2016[[2]](#footnote-2).

A atualização final do curso e a fusão do módulo de competências de formação no curso principal foi realizada no âmbito do Projeto Conjunto da União Europeia (Instrumento de Contribuição para a Paz e Estabilidade) e do Conselho Europeu, intitulado GLACY+[[3]](#footnote-3).

Este manual não é, e nem se propõe a ser, um livro de texto abrangente ou recurso de informações para aprender sobre os assuntos específicos tratados no âmbito do projeto. O curso é destinado principalmente a institutos de formação judiciária para que eles considerem, localizem e incorporem em programas nacionais de formação judiciária.

Para um indivíduo desenvolver as suas competências de formação a um nível que o torne um instrutor eficaz, ele irá demorar algum tempo e não poderá ser feito da noite para o dia ou com a inclusão do indivíduo num curso curto como este. Os elementos de competências de formação foram projetados para fornecer competências práticas e são baseados numa teoria de aprendizagem sólida. Recomenda-se que aqueles que recebem esta formação se possam valer de um programa de formação abrangente no país que irá melhorar os conhecimentos e competências aprendidas neste módulo. Isto irá, para aqueles interessados ​​em desenvolver ainda mais as suas competências, garantir a sua relevância como formadores no futuro.

# Descrição geral

## Objetivo do Curso

Este curso é projetado para fornecer aos juízes e procuradores um nível introdutório de conhecimento sobre cibercrime e provas eletrónicas. O curso irá fornecer informações legais e práticas sobre os assuntos e irá concentrar-se em como estas questões afetam o trabalho diário de juízes e procuradores. Além disso, o curso apresenta aos participantes o conceito de competências de formação para apoiar a realização da formação ao nível nacional.

O curso irá abranger os seguintes assuntos, que são divididos em elementos fundamentais e de competências de formação;

Fundamentais

* Introdução ao cibercrime - tendências e ferramentas
* Tecnologia envolvida no cibercrime
* Cibercrime como infração penal na legislação nacional
* Prática de provas eletrónicas, procedimento e legislação
* Lei processual/medidas de investigação na legislação nacional
* Cooperação internacional
* Cooperação com a indústria

Competências de formação

* Identificação das características de bons e maus apresentadores
* Dar e receber feedback
* Comunicação verbal e não verbal
* Preparação e planeamento
* Mecanismos de realização da formação
* Envolvimento do público
* Perguntar e ouvir
* Os participantes também trabalham em pares para preparar e realizar uma apresentação relacionada com o curso e receber feedback dos participantes e formadores.

## Porque é que esta formação é necessária?

Juízes e procuradores desempenham um papel importante na investigação e adjudicação de indivíduos ou grupos que tenham cometido crimes. Com o aumento do número de casos de crimes que têm um elemento de cibercrime ou provas eletrónicas aumenta a necessidade de juízes e procuradores serem adequadamente formados para entender a natureza destes crimes e também estarem cientes da legislação e dos instrumentos para a ação internacional e cooperação industrial disponível para lidar com estes casos.

Os criminosos e grupos criminosos em geral não limitam a si mesmos e às suas atividades com base nas fronteiras do país, o cibercrime é um tipo de crime que exclui a necessidade do infrator atravessar essas fronteiras para cometer um crime, tornando assim a investigação e o julgamento de crimes do autor do crime muito mais difícil. Isso enfatiza a necessidade de melhorar a cooperação internacional/regional, bem como a cooperação interinstitucional ao lidar com casos de cibercrime.

Os casos de cibercrime muitas vezes exigem uma cooperação internacional ou regional rápida e muito eficiente, que proporcione uma investigação oportuna e a ação penal contra os autores do crime. Como resultado, as instituições de formação devem fazer um esforço para incluir nos seus módulos de currículo instruções sobre os instrumentos de cooperação internacional que podem ser utilizados na investigação de casos de cibercrime, incluindo a utilização de pontos de contacto permanente, com prestadores de serviços multinacionais ( MSP), MLA, Atividade de Cooperação Judiciária, Plataformas de Cooperação Judiciária, etc.

Além disso, esta formação é necessária, pois simplesmente não há formadores suficientes para apoiar as necessidades das academias de formação judiciária. Estes elementos de competências de formação do curso levarão ao desenvolvimento de um quadro de formadores que será capaz de apoiar o trabalho das academias no futuro.

## O currículo

Este currículo é uma ferramenta básica a ser considerada pelas instituições de formação na realização de formação sobre cibercrime e provas eletrónicas. O objetivo deste documento é focar no estabelecimento e a produção de cursos padronizados que seriam utilizados em países/áreas do projeto na realização da formação inicial para juízes e procuradores envolvidos na adjudicação ou julgamento de casos de cibercrime.

O modelo proposto do curso é servir apenas como base para a formação de juízes e procuradores e não como meta final da sua formação. Os países/áreas do projeto devem discutir as necessidades a nível nacional e solicitar uma formação específica adicional nas áreas de cibercrime que eles identificam como mais críticas.

As aulas de cibercrime e provas eletrónicas foram preparadas para fornecer os títulos/tópicos de apresentação/palestras, bem como explicações detalhadas a serem feitas pelos formadores. O curso foi projetado para ser alterado para cumprir os requisitos nacionais, garantindo ao mesmo tempo que a meta e os objetivos do curso sejam cumpridos. Isto irá fornecer consistência aos módulos de formação ao longo das fronteiras. Os formadores devem considerar a introdução de vários exercícios/discussões que facilitem a experiência de aprendizagem dos participantes em cada país. Além dos planos de aula, que detalham os objetivos a serem alcançados durante a sessão, foi desenvolvida uma série de apresentações em PowerPoint e outros materiais de apoio que estão incluídos. Há notas sobre os slides na secção de anotações dos slides, para fornecer suporte adicional aos formadores.

O curso de formação introdutória está elaborado de tal forma que permitiria que os juízes e procuradores que passaram por este módulo tivessem conhecimentos básicos sobre a natureza do cibercrime, os termos e a tecnologia. Além disso, este módulo fornece informações básicas sobre cooperação internacional, cooperação com a indústria, provas eletrónicas, leis processuais e medidas de investigação, etc.

Os componentes de competências de formação do curso foram introduzidos para fornecer aos institutos de formação a opção de aumentar o número de formadores disponíveis para eles, fornecendo estes aspetos a nível nacional. As sessões de formação seguem a mesma estrutura das sessões essenciais e incluem muitos materiais de apoio, pois as sessões são na maior parte interativas e levam às apresentações finais dos delegados ao final do curso. As primeiras versões do curso utilizaram as apresentações únicas por delegados, no entanto, é recomendado nesta versão que os delegados preparem e realizem as suas apresentações em pares. Isto cria um cronograma melhor, já que as apresentações demoram um tempo considerável a serem preparadas e apresentadas.

Além do curso introdutório, está em preparação um curso de formação avançada e estará disponível para institutos de formação para apoiar os seus programas. O objetivo do curso será aumentar a aprendizagem do curso introdutório. O curso avançado fornecerá informações mais detalhadas e conhecimento sobre os tópicos e irá utilizar os estudos de caso para reforçar a aprendizagem nas sessões que são apresentadas neste curso.

# Como utilizar o guia de formadores

Este guia destina-se a fornecer aos formadores informações sobre a estrutura e o conteúdo do curso. Os objetivos de cada aula descrevem que informações devem ser abrangidas. A metodologia de formação para este curso foi preparada e todos os materiais de formação relevantes devem estar neste pacote de formação. O objetivo deste guia é manter o padrão do curso e garantir a consistência durante a sua realização. É claro que os institutos de formação e os formadores são livres para alterar o curso de acordo com as necessidades dos países e utilizar diferentes técnicas de apresentação para atingir os objetivos.

Este guia foi elaborado para fornecer algumas informações quanto ao tipo e nível de conhecimento tecnológico exigido pelos juízes e procuradores para cumprir a sua função de forma eficaz. Não pretende ser uma análise completa das questões e, quando relevante, indica onde podem ser obtidas mais informações.

Recomenda-se que os desenvolvedores da formação garantam que o material que preparam está atualizado e inclui as mais recentes questões tecnológicas, pois elas têm impacto no comportamento criminoso; o seu impacto nas regras legais, processuais e probatórias dentro da jurisdição onde a formação será realizada. Existem mudanças tecnológicas que irão afetar o sistema de justiça criminal, como o armazenamento de dados em estado sólido, o IP versão 6 e o ​​Web 2.0. Estas mudanças serão importantes para incluir nos programas de formação e exigir inclusão à medida que se tornarem mais dominantes. A questão do armazenamento na nuvem deve ser abrangida nos aspetos técnicos e legais.

Também é recomendado que os instrutores garantam que as versões de software disponíveis para a formação sejam compatíveis com os materiais preparados. Idealmente, as aulas devem ser realizadas com um Computador/Portátil com Windows 10 ou superior e carregado com o MS Office 2016 ou superior. No entanto, podem ser utilizados outros softwares ou versões, se necessário, desde que o requisito de compatibilidade com materiais preparados seja cumprido. Os recursos preferidos são definidos posteriormente neste guia.

Tal como acontece com qualquer outro programa, qualquer curso de formação desenvolvido para juízes e procuradores deve ter objetivos claros, que devem ser objetivos SMART (Específicos, Mensuráveis, Alcançáveis, Relevantes e Temporais). Isto é importante para garantir que os objetivos sejam atingidos. Evite a utilização de objetivos com palavras como “compreender” ou “saber”, pois eles não cumprem os critérios. Por exemplo, como avalia se o objetivo de “saber” um assunto é alcançado? É melhor utilizar palavras como lista ou identificar as que são avaliáveis.

O papel principal do desenvolvedor de formação é garantir que o objetivo geral de qualquer evento de aprendizagem e os objetivos específicos sejam alcançados. Este capítulo fornece algumas informações para ajudar nesse processo.

Embora este curso tenha sido desenvolvido como um programa genérico, e não específico de um país, é importante que os instrutores personalizem os seus materiais de formação para garantir uma apresentação mais eficaz do material do curso. O uso de estudos de caso para informar a aprendizagem é considerado adequado para este tipo de formação e está mais de acordo com os estilos de aprendizagem de adultos do que com o ensino puramente didático. O uso de exemplos físicos de tecnologia referidos e uso da Internet também pode melhorar a aprendizagem. Especificamente, as sessões sobre o direito substantivo e processual na legislação interna foram preparadas como exemplos do tipo de informação que deveria ser incorporada a nível nacional. Os formadores são responsáveis ​​por garantir que a sua legislação nacional é incluída nessas sessões antes da apresentação no país.

Os materiais nas apresentações foram categorizados para auxiliar os formadores na preparação dos seus materiais. Quando existe mais de uma categoria numa apresentação, os slides obrigatórios são marcados com um! ao lado do número da página. Os outros slides não são considerados importantes. Estes são incluídos para auxiliar o formador, caso haja necessidade de incluir materiais adicionais. É importante que o formador reveja os materiais antes e na preparação para a realização do curso. Qualquer alteração no método de apresentação ou nos materiais existentes deve ser feita antes do curso e o novo conteúdo deve ser verificado em relação aos objetivos de aprendizagem da sessão.

# Descrição geral do curso

## Quanto tempo dura o curso e para quem é?

Este curso foi concebido como um programa de 5 dias para juízes e procuradores, como parte do seu programa de formação inicial.

## Quem vai apresentar o curso?

O curso foi desenvolvido para ser apresentado por formadores internos dos centros de formação judiciária dos países. Quando necessário, é aconselhável que os especialistas sejam apresentados para tratar de assuntos técnicos específicos, se a especialização não estiver disponível nos centros judiciais. Como este é o nível básico, espera-se que este curso seja apresentado a todos os novos juízes e procuradores.

## Como o curso será apresentado?

O curso conforme atualmente estruturado é projetado para ser realizado em sala de aula utilizando instrução de um formador baseado na sala de aula. Não há razão para que os materiais não possam ser convertidos em módulos de ensino à distância ou e-learning, se necessário. Conforme detalhado acima, na Secção 1, os formadores devem considerar a incorporação de exercícios e outros métodos de ensino ao programa a nível nacional.

Esta versão do curso incluiu, pela primeira vez, uma pré-leitura para os delegados. Isto inclui aspetos de aprendizagem para provas eletrónicas que foram retiradas do curso ensinado para permitir mais tempo para outros assuntos. A pré-leitura deve ser enviada aos delegados pelo menos quatro semanas antes do curso ensinado. Ele também inclui um glossário de termos, que pode permitir que os delegados compreendam melhor certos aspetos técnicos da formação realizada.

## Objetivos do curso

Os objetivos do curso foram escritos de uma forma tradicional que permitirá aos formadores utilizar vários métodos de ensino para alcançá-los. Todos os objetivos são SMART para apoiá-los. Para aqueles que não estão familiarizados com os objetivos SMART, é fornecida a seguinte explicação do mnemónico:

* **Específico -** Os objetivos devem especificar o que eles querem alcançar.
* **Mensurável** - Deve ser capaz de avaliar se está a atingir os objetivos ou não.
* **Alcançável** - Os objetivos que define são alcançáveis e atingíveis?
* **Realista -** Consegue, de forma realista, atingir os objetivos com os recursos que possui?
* **Tempo -** Quando deseja atingir os objetivos definidos?

Com base nisso, os seguintes objetivos do curso foram definidos e devem ser lidos em conjunto com o objetivo geral do curso.

## Alunos alvo e grupo de formadores

### Alunos

Este curso foi desenvolvido para ser apresentado a juízes e procuradores durante o período inicial de formação.

### Pré-requisitos de experiência

Não é assumido nenhum conhecimento prévio sobre o assunto.

### Formadores

Os formadores deste curso devem ser empregados por centros de formação judiciária onde esta formação será realizada. Os especialistas em assunto, podem ser utilizados para apoiar os formadores locais.

### Pré-requisitos de experiência

Os formadores devem ter um bom nível de conhecimento sobre as questões/tendências do cibercrime e a legislação sobre cibercrime no seu país de origem. É necessária experiência anterior como formadores com conhecimento da teoria e prática de ensino.

## Recursos

Para a apresentação deste curso num ambiente de sala de formação, é necessário o seguinte equipamento:

* Uma sala de tamanho adequado para o número previsto de alunos.
* Um Computador/Portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados, idealmente o Windows 10 ou superior com o MS Office 2016 ou superior.
* Projetor e ecrã de exibição.
* PowerPoint ou outra apresentação.
* Acesso à Internet (se disponível).
* Exemplos de hardware de computador (se disponível).
* Vídeo "Guerreiros da Rede".
* Convenção de Budapeste sobre o Cibercrime, incluindo o relatório explicativo.
* Cópia do Guia de Provas Eletrónica do Conselho Europeu.
* Cópias impressas dos anexos do guia utilizado na sessão 1.3.2 e 1.3.3.
* Quadro branco.
* Canetas para quadro branco (pelo menos, 2 de cada, azul, preto, vermelho e verde).
* 2 cartazes com papel adequado.
* Smartboard, se disponível
* Bloco de notas de estudante e canetas.
* Agrafador, furador e tesouras.
* Fita ou um produto semelhante para permitir a fixação de papéis temporariamente na parede.

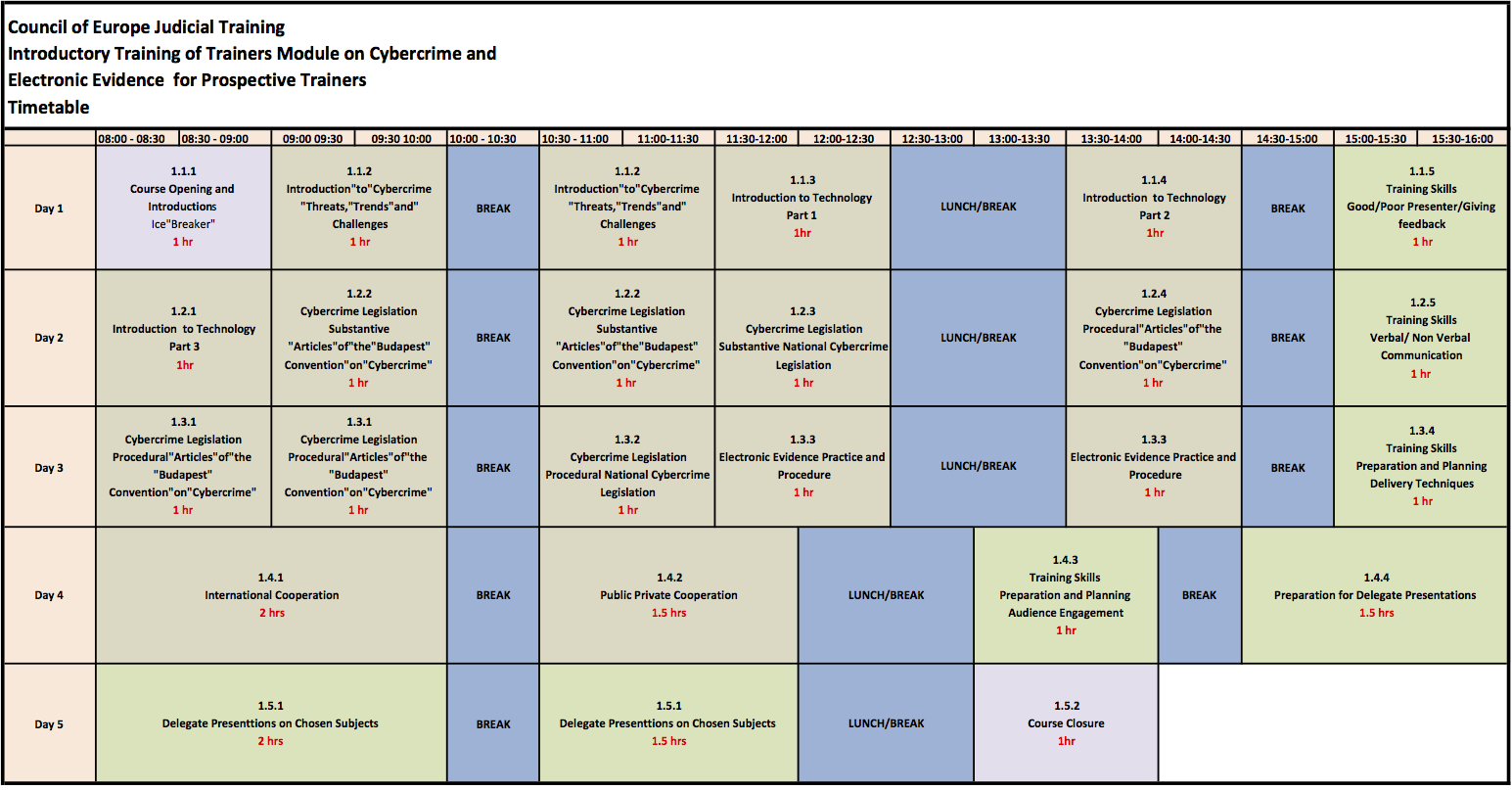
## Avaliação

Não foi solicitada ou fornecida nenhuma avaliação do conhecimentos do aluno como parte deste curso piloto. Os países que implementam esta formação a nível nacional podem querer introduzir uma avaliação. Em qualquer caso, os formadores devem verificar o conhecimento dos alunos durante o curso, através de perguntas, questionários ou outros métodos para garantir que os objetivos de aprendizagem estão a ser alcançados. Cada instituto nacional de formação é livre para incluir a avaliação na sua formação. Recomenda-se que qualquer avaliação desse tipo contenha uma mistura equilibrada de perguntas subjetivas e objetivas.

## Objetivos do curso e aula

| **Número da aula** | **Título da aula** | **Objetivos** |
| --- | --- | --- |
| **1.1.1** | **Introdução ao curso** | * Discutir o objetivo geral do curso * Explicar o porquê da necessidade do curso * Enumerar as partes de compõem o horário e as atividades do curso * Enumerar os procedimentos de saúde e segurança para o local |
| **1.1.2** | **Introdução ao cibercrime** | * Identificar diferentes tipos de cibercrime e o seu impacto. * Enumerar ameaças, tendências e ferramentas de cibercrime e respostas ao fenómeno. * Explicar os conceitos de cibercrime que são considerados tipos de crime na maioria da legislação e normas internacionais padrão. Analise as necessidades e as vantagens da harmonização entre a legislação nacional e os instrumentos internacionais, em particular a Convenção de Budapeste. |
| **1.1.3**  **1.1.4**  **1.2.1** | **Introdução à Tecnologia** | * Identificar sistemas operativos diferentes * Explicar a base sobre como as redes funcionam * Descrever as funções da Internet * Identificar, pelo menos, 5 aplicações online principais * Explicar como a Internet desenvolveu desde do início até aos dias de hoje * Diferenciar entre aplicações online diferentes * Descrever a diferença entre Darknet e Deepweb * Explicar os conceitos básicos das moedas online * Identificar como os criminosos utilizam as várias aplicações online |
| **1.1.5** | **Competências de formação** | * Identificar as características de boa (e fraca) apresentação * Explicar o objetivo e valor do feedback * Aplicar métodos para controlar o seu nervosismo |
| **1.2.2** | **Legislação sobre cibercrimes “Artigos importantes da Convenção de Budapeste sobre Cibercrime”**  **(Artigos substanciais)** | * Explicar as disposições do direito penal substantivo e identificar os principais fatores utilizados para descrever crimes com base na Convenção de Budapeste * Explicar as disposições do direito penal substantivo e identificar os principais fatores utilizados para descrever crimes com base na legislação nacional existente * Analisar as necessidades e as vantagens da harmonização entre a legislação nacional e os instrumentos internacionais, em particular a Convenção de Budapeste |
| **1.2.3** | **Legislação sobre cibercrimes “Legislação nacional substantiva relativa a cibercrime”**  **(Artigos substanciais)** | * Explicar as disposições do direito penal substantivo e identificar os principais fatores utilizados para descrever crimes com base na Convenção de Budapeste * Explicar as disposições do direito penal substantivo e identificar os principais fatores utilizados para descrever crimes com base na legislação nacional existente * Analisar as necessidades e as vantagens da harmonização entre a legislação nacional e os instrumentos internacionais, em particular a Convenção de Budapeste |
| **1.2.4**  **1.3.1** | **Legislação sobre cibercrimes “Artigos processuais da Convenção de Budapeste sobre Cibercrime”**  **(Artigos processuais)** | * Explicar as disposições processuais da Convenção de Budapeste * Explicar a importância das condições e garantias e a forma como podem ser determinadas * Explicar as disposições processuais existentes de acordo com o direito penal |
| **1.3.2** | **Legislação sobre cibercrimes “Legislação nacional processual relativa a cibercrime”** | * Explicar as disposições processuais da Convenção de Budapeste * Explicar a importância das condições e garantias e a forma como podem ser determinadas * Explicar as disposições processuais existentes de acordo com o direito penal |
| **1.3.3** | **Práticas e procedimentos de provas eletrónicas** | * Discutir os conteúdos da Guia de Provas Eletrónica COE * Discutir os vários tipos de provas eletrónicas * Explicar os princípios das melhores práticas relativas à apreensão e manipulação de provas eletrónicas * Identificar os desafios disponibilizados pelo "módulo morto", "dados ativos" e fontes online de provas eletrónicas, incluindo provas na "nuvem" * Discutir a admissibilidade das provas eletrónicas em procedimentos judiciais * Explicar o planeamento e preparação adequados de uma busca onde podem ser encontradas provas digitais. * Explicar como um local do crime deve ser protegido e documentado, caso existam provas digitais. * Explicar o termo Investigação forense * Comparar a Investigação forense digital com as ciências forenses tradicionais * Definir, pelo menos, três sub-ramos de Investigação forense digital * Identificar as quatro etapas nas examinações da Investigação forense digital * Diferenciar as duas categorias de localizações digitais * Descreva como a investigação forense digital pode apoiar as investigações. |
| **1.3.4** | **Competências de formação**  **Técnicas de preparação e planeamento da apresentação** | * Preparar adequadamente * Aplicar técnicas de leitura e demonstração variadas * Utilizar a melhor prática para pesquisar e conceber conteúdo (KIS) * Identificar os estilos de personalidade da audiência que possam influenciar a apresentação da formação * Demonstrar a utilização lógica da estrutura do curso |
| **1.4.1** | **Cooperação internacional** | * Reconhecer a dimensão global da Internet e a dimensão internacional do cibercrime * Explicar a importância da cooperação internacional e reconhecer os instrumentos disponíveis para cooperação internacional no campo do cibercrime * Identificar a necessidade de canais muito rápidos e eficientes para cooperação internacional e os instrumentos disponíveis, as formas como são utilizados, os horários e a eficácia * Descrever os esforços de organizações internacionais relativamente à implementação de novas modalidades de cooperação internacional * Discutir a Convenção de Budapeste sobre Cibercrime e identificar os seus princípios gerais, as medidas provisionais e a rede 24 horas por dia, 7 dias por semana para cooperação internacional urgente |
| **1.4.2** | **Cooperação pública privada** | * Reconhecer que a cooperação com o setor privado é essencial para questões de combate ao cibercrime * Identificar os níveis de cooperação com a indústria doméstica (cooperação compulsiva e voluntária) * Identificar as várias ferramentas na legislação nacional que permite a cooperação obrigatória entre as agências da lei e a indústria doméstica * Reconhecer os desafios que os dados na nuvem possuem relativamente à realização de investigações de cibercrimes * Identificar os diferentes níveis em que a cooperação pode aplicar-se com a indústria estrangeira * Explicar as barreiras que as agências de autoridades policiais relativamente ao acesso aos dados detido pelos fornecedores de serviços multinacionais * Identificar que a cooperação pode ocorrer formalmente através dos governos ou informalmente pelos oficiais da autoridade diretamente com fornecedores de serviços multinacionais * Discutir exemplos de cooperação com fornecedores de serviços multinacionais na obtenção do acesso aos dados * Identificar os desafios enfrentados comummente relativamente à cooperação direta com fornecedores de serviços multinacionais |
| **1.4.3** | **Competências de formação Preparação e planeamento e interação com o público** | * Elevar a sua imagem como Instrutor * Gerir o envolvimento contínuo do seu público * Ensaiar eficazmente |
| **1.4.4** | **Preparação para delegar apresentações** | * Preparar uma apresentação eficaz para a sessão do dia final. * Trabalhar com membros da equipa no desenvolvimento da apresentação * Explicar a estrutura do horário de apresentação |
| **1.5.1** | **Delegar apresentações** | * Demonstrar a sua capacidade de fornecer uma sessão curta, encapsulando o conhecimento que adquiriram no decorrer do módulo * Identificar tais áreas onde existe necessidade de melhorar o seu conhecimento para o nível necessário para ser um apresentador eficaz |
| **1.5.2** | **Encerramento do curso** | * Fornecer feedback apropriado sobre o curso e a sua eficiência * Preencher os formulários de avaliação do curso COE * Identificar o nível seguinte de aprendizagem que necessitam de adquirir para melhorar o seu conhecimento e competências no assunto em questão |

## Horário sugerido



NB - Pausa para café e outros intervalos serão realizados em horários apropriados durante cada dia de formação

# Contactos principais

As seguintes pessoas são os pontos de contacto para quaisquer dúvidas sobre o curso e o seu conteúdo:

|  |  |
| --- | --- |
| Alexander Seger  Diretor da Divisão de Proteção de Dados e Cibercrime  Direção Geral dos Direitos Humanos e Estado de Direito (DG-I)  Concelho Europeu,  F-67075 Strasbourg Cedex  Tel. +33 3 90 21 4506  Fax +33 3 90 21 56 50  [Alexander.Seger@coe.int](mailto:Alexander.Seger@coe.int) | Matteo Lucchetti  Gestor de programação  Gabinete do programa de cibercrime do Conselho Europeu (C-PROC) Conselho Europeu 011975 Bucareste, ROMÉNIA  Tel.: +40 (21) 201 78 30  [Matteo.Lucchetti@coe.int](mailto:Matteo.Lucchetti@coe.int) |

# Planos de aula

## Aula 1.1.1 Abertura do curso

|  |  |
| --- | --- |
| Aula 1.1.1 Abertura do curso | Duração: 30 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição. * Acesso à Internet (se disponível). * Exemplos de hardware de computador (se disponível). * Quadro branco. * Canetas para quadro branco (pelo menos, 2 de cada, azul, preto, vermelho e verde). * 2 cartazes com papel adequado. * Bloco de notas de estudante e canetas. * Agrafador, furador e tesouras. * Fita ou um produto semelhante para permitir a fixação de papéis temporariamente na parede. | |
| **Objetivo da sessão:**  Fornecer aos delegados informações sobre a necessidade de um curso de formação e os seus objetivos. Garantir que possuem informações suficientes sobre o programa de atividades e horários. Fornecer informações sobre a saúde, segurança e detalhes administrativos do curso. Apresentar os formadores aos delegados. | |
| **Objetivos:**  No final da sessão, os estudantes serão capazes de:   * Discutir o objetivo geral do curso * Explicar o porquê da necessidade do curso * Enumerar as partes de compõem o horário e as atividades do curso * Enumerar os procedimentos de saúde e segurança para o local | |
| **Guia de formação**  Esta é a sessão de abertura do curso. Durante esta sessão, os formadores serão apresentados aos delegados. Os objetivos do curso serão explicados em conjunto com os métodos de aprendizagem.  O formador poderá escolher introduzir "iniciadores de conversa" para encorajar os delegados a envolverem-se no curso e entre eles numa fase inicial.  Foi preparada uma apresentação PowerPoint para esta sessão. Esta é uma apresentação genérica e não considera questões nacionais que podem ter de ser tratadas quando este curso é apresentado a nível nacional. O formador deve garantir que as informações nesta apresentação são relevantes para a localização da apresentação.  Esta sessão foi reduzida do curso original, removendo o exercício do iniciador de conversa para apresentar os delegados uns aos outros e aos formadores. O formador deve considerar como melhor garantir que os delegados se envolvem no início e que não existem barreiras na aprendizagem. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Conteúdo da aula** | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** |
| 2  Obrigatório | As questões sobre saúde e segurança são debatidas neste slide. Estes irão diferir dependendo da localização da apresentação. É da responsabilidade do formador garantir que possuem as informações corretas para transmitir aos delegados. É importante que os formadores sejam apresentados aos delegados durante esta sessão, para que haja uma compreensão sobre o histórico, conhecimento e função no curso. |
| 3  Obrigatório | O histórico do curso é fornecido aos delegados, este curso foi criado para preparar formadores de cibercrime para apresentar o curso a juízes e procuradores. É uma combinação dos dois cursos COE anteriores, para juntar os elementos substanciais de cibercrime e evidências eletrónicas e as competências necessárias pelos formadores para conseguirem dar a formação no seu próprio país. Neste contexto posterior, fornece uma descrição geral e recomenda-se que aqueles que continuarem como formadores, procurem um curso de competências de formação adequado a tempo inteiro. |
| 4  Obrigatório | Os objetivos da sessão estão definidos neste slide. Como é a primeira lição, o formador deve explicar a importância dos objetivos e a respetiva finalidade. Em particular, devem explicar que são um método para delegados e formadores avaliarem se o conteúdo fornecido cumpre com os objetivos. |
| 5  Obrigatório | Deve ser dada uma breve explicação conforme detalhado no slide de modo aos delegados compreenderem a necessidade de aprenderem, o que para alguns possa ser áreas de assunto desconfortáveis. |
| 6 a 7  Obrigatório | É importante que o objetivo geral do curso seja explicado aos delegados logo no início. Isto irá permitir-lhes esclarecer o motivo principal por ali estarem. Existem dois aspetos diferentes neste curso que devem ser explicados. |
| 8  Obrigatório | O horário do curso deve ser explicado aos estudantes nesta fase. Isto deve incluir as horas do curso, o almoço e outras pausas e uma breve descrição de cada sessão. A inclusão ou exclusão de qualquer avaliação deve ser lidada nesta fase. Se houver uma avaliação, tal deve ser explicado ao detalhes, incluindo as expectativas dos estudantes em termos de estudo. |
| 9  Obrigatório | O formador deve recapitular/testar os conhecimentos sobre os seguintes pontos para garantir que os estudantes apreciaram os objetivos de aprendizagem da sessão. Deve ser dado tempo para dúvidas em alturas apropriadas durante a sessão. |
| 10  Obrigatório | O formador deve fornecer aos participantes uma oportunidade de esclarecerem dúvidas que possam ter em relação aos tópicos abordados e quaisquer questões a haver com o curso ou disposições logísticas. |

|  |
| --- |
| **Exercícios práticos**  Não são previstos exercícios práticos para esta aula. |
| **Avaliação de conhecimentos**  Não está preparada nenhuma verificação ou avaliação para esta sessão. |

## Aula 1.1.2 Introdução ao cibercrime - Ameaças, tendências e desafios

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aula 1.1.2 (Introdução ao Cibercrime  - Ameaças, tendências e desafios) | | Duração: 120 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição. * Acesso à Internet (se disponível). * Bloco de notas de estudante e canetas. | | |
| **Objetivo da sessão:**  O objetivo geral desta sessão é fornecer aos delegados uma introdução à sociedade das informações e ao cibercrime, organizações internacionais e seus esforços para combater esta forma moderna de criminalidade, definições básicas do cibercrime, Convenção de Budapeste do CoE e formas contemporâneas existentes de cibercrime. | | |
| **Objetivos:**  No final da sessão, os estudantes serão capazes de:   * Identificar diferentes tipos de cibercrime e o seu impacto. * Enumerar ameaças, tendências e ferramentas de cibercrime e respostas ao fenómeno. * Explicar os conceitos de cibercrime que são considerados tipos de crime na maioria da legislação e normas internacionais padrão. * Analise as necessidades e as vantagens da harmonização entre a legislação nacional e os instrumentos internacionais, em particular a Convenção de Budapeste. | | |
| **Guia de formação**  Esta sessão foi preparada para fornecer delegados com uma compreensão abrangente do local do cibercrime e cibercriminalidade no primeiro quarto do século 21. Esta sessão foi dividida em sete partes. A primeira parte da apresentação irá descrever as novas realidade da sociedade de informação e irá referir as atividades ilegais emergentes nas redes. A segunda parte irá recuperar algumas das abordagens históricas sobre o cibercrime, por algumas organizações internacionais. A terceira parte irá tentar chegar à realidade abrangida pelo eventual conceito do cibercrime. A quarta parte irá explicar o que a Convenção de Budapeste sobre Cibercrime é e irá destacar a importância deste simples instrumento internacional de vinculação ao combate ao cibercrime. A quinta parte irá referir algumas das atividades ilegais online mais importantes nos dias de hoje. A sexta parte irá abordar brevemente os principais vetores das tendências contemporâneas e emergentes do cibercrime. A sétima parte irá recuperar os principais tópicos de toda a apresentação. | | |
| **Conteúdo da aula** | | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** | |
| 1 a 3 | Os primeiros slides expõem a estrutura e objetivos desta sessão. Os delegados devem ter a oportunidade de fazer quaisquer perguntas preliminares que possam ter relativamente à estrutura e objetivos da sessão. | |
| 4 a 19 | Estes slides destinam-se a fornecer aos delegados uma compreensão dos aspetos contemporâneos da sociedade das informações e o significado e implicações. Além disso, uma explicação do fenómeno global da Internet e as suas boas novas formas de organização e interação humana através da utilização de novas tecnologias ao nosso dispor, aspetos muito mais relevantes, qual deve ser a introdução às primeiras formas de cibercrime, como tal.  Aspeto global e internacionalização dos crimes cometidos em todos os níveis de redes de computadores a nível mundial nos dias de hoje é fascinante, o que abre novas questões sobre possibilidades à disposição das agências policiais, acusação e judicial para enfrentar o problema com eficiência.  Desafios modernos, o fenómeno do cibercrime e o ambiente digital e online devem ser apresentados aos delegados na forma que irá fornecer-lhes uma compressão e impressões básicas sobre o quão presente e envolvente a criminalidade é.  Além disso, novas formas de atividades online, como segurança cibernética e guerra cibernética, tornam esta compreensão ainda mais complexa. | |
| 20 a 40 | Estes slides apresentam os delegados a algumas iniciativas e mecanismos internacionais de combate ao cibercrime, do nível mais global ao mais local, incluindo várias organizações, agências e tratados que podem permitir e facilitar a reação efetiva de LEA nacional e internacional, processual e judicial. O formador deve explicar estas diferentes respostas internacionais ao cibercrime. Os slides abrangem as Nações Unidas, G8, UE, OSCE, Concelho Europeu e organizações a nível regional e local, tratados e documentos e as respetivas respostas ao cibercrime, cada um será apresentado aos delegados. | |
| 41 a 53 | Estes slides abrangem desde do início dos termos que são utilizados na terminologia do cibercrime contemporâneo. Os termos "crime informático", "crime de alta tecnologia", "crime de TI" e "cibercrime" são normalmente misturados e criam confusão e mal entendidos. A tecnologia pode ser utilizada (abusada) de várias formas, que devem ser explicadas gradualmente através dos slides. Todos os aspetos são importantes e existentes nos casos de cibercrime através do mundo de hoje.  Além disso, o formador deve explicar amplamente e resumir o significado do cibercrime e compará-lo com as formas tradicionais de criminalidade e colocá-lo em perspetiva com as circunstâncias e consequências da vida real. | |
| 54 a 58 | Estes slides fornecem o âmbito introdutório para o tratado internacional mais importante relativamente ao cibercrime dos dias de hoje, que é a Convenção do Concelho Europeu sobre Cibercrime (ETS 185), normalmente conhecida como "Convenção de Budapeste". | |
| 59 a 85 | Estes slides fornecem uma apresentação básica e visão compreensiva sobre a maioria das atividades ilegais e ferramentas de combate ao cibercrime de hoje. Phishing, spam e spamming, malware no sentido mais abrangente e restrito, vírus informáticos, worms informáticos, spyware, ransomware, Trojans informáticos, botnets, DarkNet e TOR são apenas alguns dos exemplos, mas talvez os mais importantes.  O formador deve especialmente concentrar-se nas formas contemporâneas e importantes localmente destas atividades envolvendo mais restritamente com os delegados e reunir o conhecimento necessários para compreensão relativamente a quais formas são mais problemáticas para a audiência. | |
| 86-95 | Estes slides fornecem uma breve e básica introdução às tendências atuais na preparação dos atos criminosos. As plataformas móveis, malware bancário, ransomware e comprometimento de e-mails comerciais, hacktivismo e abuso das redes sociais, violação de DPI, ameaças persistentes avançadas e as suas formas, transações móveis e criptomoedas, a Internet das Coisas e os seus aspetos, todas essas formas e tendências de cibercrime estão muito presentes atualmente e a infligir danos muito grandes no mundo.  O formador deve interagir com os delegados durante essa parte da apresentação e descobrir quais são as formas contemporâneas que estão presentes a nível local. | |
| 96-98 | Resumo. O que é cibercrime e qual é o motivo de preocupação?  Ameaças, tendências e ferramentas de cibercrime e respostas ao fenómeno.  Realidades abrangidas pela expressão *cibercrime* e conceitos que são considerados tipos de crime na maioria das legislações e nos padrões internacionais.  Necessidades e vantagens da harmonização entre a legislação nacional e os instrumentos internacionais, em particular a Convenção de Budapeste. | |
| **Exercícios práticos**  Não são previstos exercícios práticos para esta aula. | | |
| **Avaliação de conhecimentos**  Não foi apresentada uma avaliação formal para esta sessão. O formador é encorajado a verificar o conhecimento e compreensão ao fazer perguntas importantes ao longo da sessão. | | |

## Aulas 1.1.3, 1.1.4 e 1.2.1 - Tecnologia

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aulas 1.1.3, 1.1.4 e 1.2.1 - Tecnologia | | Duração: 180 minutos  (3 x 60 minutos) |
| **Materiais necessários:**   * Indique aqui todos os materiais necessários para as aulas. A lista seguinte é um exemplo do que pode ser necessário. Cada formador deve verificar a lista e adicionar materiais adicionais, como vídeos, textos, etc. * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Apresentação em PowerPoint * Vídeo "Guerreiros da Rede" * Projetor e ecrã de exibição. * Acesso à Internet (se disponível). * Quadro branco. * Canetas para quadro branco (pelo menos, 2 de cada, azul, preto, vermelho e verde). * 2 cartazes com papel adequado. * Bloco de notas de estudante e canetas. * Agrafador, furador e tesouras. * Fita ou um produto semelhante para permitir a fixação de papéis temporariamente na parede. | | |
| **Objetivo da sessão:**  Esta sessão fornece informações sobre a tecnologia que será encontrada pelos juízes e procuradores durante o seu trabalho e que é utilizada por criminosos para cometer crimes e pelos agentes da lei para a detetarem. O objetivo da sessão é permitir que o público obtenha conhecimentos suficientes sobre tecnologia para que desempenhem as suas funções de forma mais eficaz. | | |
| **Objetivos:**  No final da sessão, os estudantes serão capazes de:   * Identificar sistemas operativos diferentes * Explicar a base sobre como as redes funcionam * Descrever as funções da Internet * Identificar, pelo menos, 5 aplicações online principais * Explicar como a Internet desenvolveu desde do início até aos dias de hoje * Diferenciar entre aplicações online diferentes * Descrever a diferença entre Darknet e Deepweb * Explicar os conceitos básicos das moedas online * Identificar como os criminosos utilizam as várias aplicações online | | |
| **Guia de formação**  Esta sessão destina-se a fornecer aos formadores uma estrutura para o desenvolvimento de material de formação a ser apresentado como parte de um programa mais vasto. Não pode ser abrangente, pois a tecnologia muda tão rapidamente que qualquer especificação técnica detalhada estaria desatualizada quase desde a publicação do documento. Garantir que os juízes e procuradores têm uma compreensão suficiente de questões técnicas relacionadas com assuntos que lhes são essenciais é fundamental para o bom funcionamento de qualquer sistema judicial. Esta sessão fornece uma descrição geral dos aspetos relevantes da tecnologia e a sua relevância para o sistema de justiça criminal. Uma apresentação em PowerPoint é fornecida como um material que os formadores podem utilizar, caso considerem apropriado.  Um material adicional na forma do vídeo "Guerreiros da Rede" é fornecido para dar aos delegados uma boa e clara compreensão do funcionamento das redes. O vídeo pode ser encontrado em www.warriorsofthe.net e está disponível nos seguintes idiomas: Inglês, alemão, francês, hebraico, holandês, sueco, italiano, português, dinamarquês, norueguês, húngaro, checo, espanhol e ucraniano.  Esta sessão fornece informações sobre a tecnologia que será encontrada pelos juízes e procuradores durante o seu trabalho e que é utilizada por criminosos para cometer crimes e pelos agentes da lei para a detetarem. A apresentação em PowerPoint procura ajudar na apresentação das tecnologias aos delegados. No entanto, deve servir apenas como um modelo e tem de ser adotada pelo instrutor para se adequar ao público-alvo, ao programa e às informações relevantes no seu país.  O tempo desta sessão, nesta versão, foi reduzido de 240 minutos para 180 minutos e, como tal, será necessário que o formador adapte os materiais para atender às necessidades de cada público e estes podem ser diferentes, por exemplo, dependendo do sistema legal no país ou países onde a formação está a ser realizada. Como mencionado, este material fornece uma estrutura a partir da qual o formador deve preparar o seu material a apresentar, de acordo com os objetivos da aula.  Os horários indicados abaixo indicam a quantidade de tempo que será atribuída a cada secção da aula. Por necessidade, isto significará que algumas partes serão abordadas em mais de uma das três sessões atribuídas.   * Introdução e abertura (programa e objetivos da sessão) (10 minutos) * Parte 1 - Como funciona a Internet (50 minutos) * Parte 2 - Serviços de Internet (40 minutos) * Parte 3 - Outras aplicações relevantes da Internet (40 minutos) * Parte 4 - Crimes na Internet (30 minutos) * Resumo (10 minutos) | | |
| **Conteúdo da aula** | | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** | |
| 1 a 7  Obrigatório | Os primeiros slides são a introdução à sessão e incluem o Programa e os objetivos da sessão. O formador deve garantir que estes são alterados onde foi decidido eliminar conjuntos de slides ou matérias. Estes slides são uma introdução breve ao assunto e identificam claramente que o ritmo da mudança tecnológica estava além da imaginação de alguns dos especialistas na altura. Esta foi uma introdução ao hardware informático que foi removido deste curso. A prova eletrónica lida previamente para o curso fornece uma análise detalhada dos dispositivos digitais e deixa de ser necessário que sejam incluídos aqui. | |
| 8 a 18  Importante | Esta secção breve aborda o software normal encontrado nos computadores. Podem ser encontradas estatísticas nos slides 12, 14 e 16. É da responsabilidade do formador garantir que estas estatísticas são atualizadas para refletir a hora e o local do curso de formação. | |
| 19 a 23  Importante | Estes slides dizem respeito á história da internet e são uma introdução breve ao assunto. Os formadores podem querer substituir as suas próprias informações para descrever a história | |
| 24 a 31  Obrigatório | Esta secção apresenta os delegados a algumas terminologias de rede e deve apoiar o que foi aprendido com a pré-leitura. | |
| 32 a 41  Obrigatório | Esta secção introduz aos delegados os conceitos básicos subjacentes à internet. O slide 34 é uma hiperligação para o vídeo "Guerreiros da Rede" (Warriors of the Net) Os formadores devem garantir que têm este vídeo disponível, de preferência no idioma dos delegados. É preferível testar a reprodução antes da aula para garantir que as funcionalidades de vídeo e de áudio no local suportam o vídeo. Os slides 40 e 41 contêm estatísticas comparativas de infiltração de internet. É da responsabilidade do formador garantir que estas estatísticas estão atualizadas e de que modo se podem adequar ao público. | |
| 42 a 56  Obrigatório | Esta secção introduz os delegados às questões importantes relacionadas com o IP e discute as diferenças entre IPv4 e IPv6. O formador deve enfatizar a importância da marca de data e hora. | |
| 57 a 82  Obrigatório | A sessão nos serviços de internet analisa a gama de serviços disponíveis para os utilizadores e explica alguma da terminologia relevante ao público. A sessão é dividida em secções mais pequenas. Quando o tempo permite e a tecnologia disponível o suportar, o formador pode querer demonstrar algumas das características da internet discutidas com uma ligação à internet em tempo real. | |
| 83 a 142  Obrigatório | Esta secção ensina ao delegado mais detalhes sobre outras aplicações da internet e a sua relevância no sistema de justiça criminal. Há notas de apoio extensas nas anotações do slide e o formador deve familiarizar-se com elas como parte da sua preparação para lecionar o curso. Os assuntos abordados incluem moeda virtual, a *Dark Net* e *Deep Web*, bem como Informática em Nuvem e Internet das Coisas. À medida que o tempo avança, outras tecnologias vão tornar-se relevantes e não serão reconhecidas até à próxima atualização do curso. O formador pode considerar introduzir outras tecnologias relevantes que podem tornar-se prevalentes no período de intervenção. Existem muitas informações nesta secção que serão novas para os delegados e que constituem o nível de introdução. Como tal, é importante que o formador mantenha o material nesse nível para evitar que os delegados fiquem assoberbados com o excesso de informações técnicas. | |
| 143 a 163  Importante | Esta parte da aula aborda os tipos de cibercrime prevalentes e fornece algumas informações aos delegados. O formador pode, se assim desejar, complementar as informações da apresentação com exemplos de casos que podem ser familiares em relação a algumas categorias. Também é útil perguntar aos delegados se possuem experiência com algum dos tipos de crime. Podem ter sido vítimas de *phishing* e ter recebido 419 e-mails que podem discutir. Os slides 145 a 148 contém algumas estatísticas de NW3C. É da responsabilidade do formador garantir que estas são atualizadas ou substituídas por estatísticas semelhantes da região em que ocorre a formação. | |
| 164 a 166  Obrigatório | A secção final dá ao formador a oportunidade de refletir no que já foi lecionado na aula e garantir que os objetivos foram cumpridos. Também dá aos delegados a mesma oportunidade e também a de esclarecerem as suas dúvidas. | |
| **Exercícios práticos**  Não estão previstos exercícios práticos para esta sessão, pois não há garantia de que nível de acesso a tecnologias e à internet necessário para a execução deste exercícios estará disponível em todos os locais.  Os formadores podem, no futuro, procurar complementar aprendizagem adicionando exercícios, nos quais a formação é apresentada num ambiente onde as instalações são adequadas. | | |
| **Avaliação de conhecimentos**  Não está prevista qualquer avaliação de conhecimentos para este curso além das indicadas acima. Não foi solicitada qualquer avaliação oficial. | | |

## Aula 1.1.5 Competências de formação

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aula 1.1.5 Competências de formação  Bom orador Mau orador Feedback | | Duração: 60 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição * Acesso à Internet (se disponível) * Quadro branco * Canetas para quadro branco (pelo menos 2 de cada, azul, preto, vermelho e verde) * 2 cartazes com papel adequado * Bloco de notas de estudante e canetas * Fita ou um produto semelhante para permitir a fixação de papéis temporariamente na parede * Sessão 1.1.5 - Ficha de exercícios - Bom orador, Mau orador * Sessão 1.1.5 - Notas do formador - Dar feedback construtivo | | |
| **Objetivo da sessão:**  O objetivo geral desta formação é trazer profissionalismo e consistência à forma de apresentação da formação da formação sobre cibercrime padrão direcionada a juízes e procuradores na Turquia e fornecer competências adicionais para que os formadores possam realizar o curso básico nos seus próprios países.  O objetivo desta sessão é descrever as qualidades de uma boa apresentação de matéria a lecionar e demonstrar técnicas de apresentação aperfeiçoadas. | | |
| **Objetivos:**  No final da sessão, os delegados serão capazes de:   * Identificar as características de boa (e fraca) apresentação * Explicar o objetivo e valor do feedback * Aplicar métodos para controlar o seu nervosismo | | |
| **Guia de formação**  Esta sessão foi preparada para permitir que os delegados discutam e indiquem as características que podem caracterizar uma boa e um má apresentação. Estes incluem o estilo de apresentação real do orador/formador, os materiais de formação na apresentação e os participantes, incluindo os destinatários. Em segundo lugar, esta sessão analisará o objetivo do feedback e quando e como deve ser fornecido. Por fim, esta sessão vai abordar as formas de controlo do nervosismo utilizando o conhecimento, o ensaio e a preparação.  Existem materiais de apoio incluídos no pacote. São eles uma ficha de exercícios que deve ser utilizada para os exercícios referentes ao bom orador/mau orador e notas para o formador abordar as questão relevantes relacionadas com dar e receber feedback. Existem também exercícios relativos ao feedback detalhados nos slides 12 a 14. A utilização dos mesmos deve ser considerada pelo formador com base no tempo disponível e no conhecimento e experiência dos delegados. Não são exercícios essenciais. São fornecidas mais informações na secção de notas de cada slide. | | |
| **Conteúdo da aula** | | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** | |
| 1 a 2  Obrigatório | Estes slides são a introdução da sessão e indicam os objetivos de aprendizagem que se espera alcançar. | |
| 3 a 6  Obrigatório | Esta secção aborda a identificação de características de bons e maus oradores. Foi concebida de forma a permitir aos delegados começarem a considerar os seus próprios estilos de apresentação e identificarem os pontos onde podem melhorar. O exercício é uma parte importante da atividade e ajuda a derrubar barreiras que podem existir entre os participantes. Esta é uma sessão interativa e é da responsabilidade do formador encorajar a participação dos delegados. | |
| 7 a 15  Obrigatório (exceto os slides 12 e 14 que são Não essenciais) | Esta parte da aula foi concebida para introduzir os delegados à importância do feedback e às formas como este deve ser introduzido. Existem notas para o formador para o ajudar, bem como informações na secção de notas dos slides. O formador pode introduzir o conceito de feedback construtivo, não como criticismo, mas como informações que melhorem as ações de outra pessoa. As seis categorias de feedback eficaz (slide 11) devem ser discutidas na sala de aula, com o formador a guiar os delegados na forma de interpretar e pôr em prática cada categoria. Os exercícios de feedback devem ser realizados apenas se houver tempo e se estes forem uma vantagem para os alunos. | |
| 16 a 18  Obrigatório | Esta secção introduz algumas ideias aos delegados sobre como controlar o seu nervosismo no papel de formadores, especialmente se não tiverem qualquer experiência. A maioria das sugestões são de senso comum. No entanto, a frequência com que os novos formadores não seguem as diretrizes básicas é surpreendente. A sessão é uma oportunidade para abordar o questão e estar preparado.  O formador deve discutir essa preparação, tanto em relação a um conhecimento e compreensão maiores do assunto, como para testar quaisquer exercícios práticos, de forma antecipada e no ambiente real de sala de aula, para tranquilizar o formador. A apresentação deve ser ensaiada para entender a ordem em que a apresentação deve ser executada e, daí, as possíveis áreas de dúvidas e tangentes surgirão. Preparar a sala de aula com antecedência e testar novamente praticamente todos os exercícios, caso envolvam tecnologia, deve fornecer ao instrutor a compreensão de possíveis falhas e, portanto, as medidas podem ser consideradas para as evitar. | |
| 19 a 20  Obrigatório | O formador deve recapitular os objetivos da sessão e garantir que os delegados são capazes de:   * Identificar as características de boa (e fraca) apresentação * Explicar o objetivo e valor do feedback * Aplicar métodos para controlar o seu nervosismo   O slide de perguntas deve ser utilizado pelos instrutores para abordar quaisquer questões finais levantadas pela turma e introduzir quaisquer áreas que o instrutor considere que necessitam de ser enfatizadas antes do final da sessão. | |
| **Exercícios práticos**  Existem dois exercícios práticos nesta sessão (slides 4 - 5) designados para estimular primeiros as perspetivas individuas e, depois, as coletivas em relação ao que constitui um bom (ou mau) orador. Os slides 12 - 14 contém um jogo de representação onde é dado um feedback negativo, mas construtivo, a um membro da equipa. Consulte a secção de guia de formação acima para obter os exercícios de feedback. | | |
| **Avaliação de conhecimentos**  Não existe uma avaliação formal para esta aula. O formador deve avaliar os conhecimentos e compreensão através de perguntas relevantes durante cada um dos aspetos da sessão. | | |

## Sessão 1.2.2 Legislação sobre cibercrimes “Legislação nacional substantiva relativa a cibercrimes” (Artigos substanciais)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aulas 1.2.2 e 1.2.3 (Artigos substanciais) | | Duração: 180 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição. * Acesso à Internet (se disponível). * Bloco de notas de estudante e canetas. | | |
| **Objetivo da sessão:**  A finalidade geral desta sessão é fornecer aos delegados uma compreensão abrangente das leis substanciais do cibercrime, incluindo infrações contra a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados e sistemas de computadores, infrações informáticas, infrações relacionados com o conteúdo e infrações relacionadas com a violação de direitos de autor e outros direitos associados. | | |
| **Objetivos:**  No final da sessão, os estudantes serão capazes de:   * Explicar as disposições do direito penal substantivo e identificar os principais fatores utilizados para descrever crimes com base na Convenção de Budapeste * Explicar as disposições do direito penal substantivo e identificar os principais fatores utilizados para descrever crimes com base na legislação nacional existente * Analisar as necessidades e as vantagens da harmonização entre a legislação nacional e os instrumentos internacionais, em particular a Convenção de Budapeste | | |
| **Guia de formação**  Esta sessão foi preparada para fornecer aos delegados uma compreensão abrangente das disposições substanciais do cibercrime. A sessão foi dividida em três partes, além de uma introdução e uma conclusão. A primeira parte da sessão aborda os poderes substanciais da Convenção de Budapeste sobre Cibercrime. Estes slides fornecem o texto de cada infração no Capítulo 2, Secção 2 da Convenção de Budapeste sobre Cibercrime, bem como slides detalhados que explicam cada elemento em cada artigo. A segunda parte da sessão abrange as infrações substanciais ao abrigo da legislação interna. Finalmente, a terceira parte inclui estudos de caso relacionados com os materiais abordados na sessão. | | |
| **Conteúdo da aula** | | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** | |
| 1 a 3 | Os primeiros slides expõem a estrutura e objetivos desta sessão. Os delegados devem ter a oportunidade de fazer quaisquer perguntas preliminares que possam ter relativamente à estrutura e objetivos da sessão. | |
| 4 a 115 | Esta secção abrange as disposições relativas a infrações substanciais ao abrigo do Capítulo II, Secção 1 da Convenção de Budapeste. Os slides desta secção estão divididos em quatro subpartes:  1. Infrações contra a confidencialidade, integridade e disponibilidade de sistemas e dados informáticos  a. Acesso ilegal (artigo 2.º)  b. Interceção ilegal (artigo 3.º)  c. Interferência de dados (artigo 4.º)  d. Interferência do sistema (artigo 5.º)  e. Utilização indevida de dispositivos (artigo 6.º)  2. Infrações informáticas  a. Falsificação informática (artigo 7.º)  b. Fraude informática (artigo 8.º)  3. Infrações relacionadas com o conteúdo:  a. Infrações relacionadas com pornografia infantil (artigo 9.º)  4. Infrações relacionadas com infrações aos direitos de autor e direitos associados  a. Infrações relacionadas com violações de direitos de autor e direitos conexos (artigo 10.º)  Os delegados devem ser informados sobre todos os elementos importantes das disposições da legislação substancial da Convenção de Budapeste. Os elementos importantes de cada artigo são marcados individualmente em texto vermelho e cada elemento individual destacado é seguido por slides com explicações do elemento anterior. O formador pode optar por não utilizar estes slides detalhados não importantes, mas é importante que cada infração seja explicada com detalhes suficientes. | |
| 116 a 127 | Estes slides devem ser preenchidos pelo formador. Devem ser inseridas as disposições relevantes de legislação nacional correspondentes às seguintes infrações substantivas na Convenção de Budapeste:  1. Acesso Ilegal (Artigo 2.º)  2. Interceção ilegal (artigo 3.º)  3. Interferência de dados (artigo 4.º)  4. Interferência do sistema (artigo 5.º)  5. Utilização indevida de dispositivos (artigo 6.º)  6. Falsificação informática (Artigo 7.º)  7. Fraude informática (artigo 8.º)  8. Infrações relacionadas com pornografia infantil (artigo 9.º)  9. Infrações relacionadas com violações de direitos de autor e direitos conexos (artigo 10.º)  O formador pode considerar destacar os principais elementos das disposições da legislação nacional para permitir uma apresentação mais eficaz destes slides. | |
| 128 a 154 | Estes slides contêm estudos de caso individuais. Cada estudo de caso consiste em breves factos relacionados com os materiais abordados na sessão. O formador deve primeiro ler os factos de um estudo de caso e, em seguida, dar aos delegados uma oportunidade de propor respostas. O formador pode ter de intervir e orientar os delegados relativamente a possíveis respostas. O formador deve garantir que esta parte da sessão é interativa, pois dará ao formador a oportunidade de avaliar se a formação foi eficaz. | |
| 155 a 157 | O formador deve recapitular os objetivos da sessão com os delegados e dar-lhes a oportunidade de fazer perguntas relacionadas com o material abrangido neste módulo. | |
| **Exercícios práticos**  Não são previstos exercícios práticos para esta aula. | | |
| **Avaliação de conhecimentos**  Não foi apresentada uma avaliação formal para esta sessão. O formador é encorajado a verificar o conhecimento e compreensão ao fazer perguntas importantes ao longo da sessão. O formador também deve utilizar os estudos de caso para avaliar se os objetivos da sessão foram cumpridos. | | |

## Aula 1.2.3 Legislação sobre cibercrimes “Legislação nacional substantiva relativa a cibercrime”

Secção a ser preenchida pelos formadores nacionais encarregados deste módulo

## Lição 1.2.4 e 1.3.1 Legislação sobre cibercrimes “Artigos processuais da Convenção de Budapeste sobre cibercrime” (Artigos processuais)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aulas 1.2.4, 1.3.1 e 1.3.2 (Normas processuais) | | Duração: 240 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição. * Acesso à Internet (se disponível). * Bloco de notas de estudante e canetas. | | |
| **Objetivo da sessão:**  O objetivo geral desta sessão é fornecer aos delegados uma compreensão abrangente dos poderes processuais relacionados com o cibercrime e as provas eletrónicas. | | |
| **Objetivos:**  No final da sessão, os estudantes serão capazes de:   * Explicar as disposições processuais da Convenção de Budapeste * Explicar a importância das condições e garantias e a forma como podem ser determinadas * Explicar as disposições processuais existentes de acordo com o direito penal | | |
| **Guia de formação**  Esta sessão foi preparada para fornecer aos delegados uma compreensão abrangente dos poderes processuais relacionados com o cibercrime e as provas eletrónicas. A sessão foi dividida em três partes, além de uma introdução e uma conclusão. A primeira parte da sessão trata dos poderes processuais da Convenção de Budapeste sobre Cibercrime. Estes slides fornecem o texto de cada poder processual no Capítulo 2, Secção 2 da Convenção de Budapeste sobre Cibercrime, bem como slides detalhados que explicam cada elemento em cada artigo. A segunda parte da sessão abrange condições e salvaguardas associadas aos poderes processuais. Finalmente, a terceira parte da sessão trata dos poderes processuais da legislação nacional. | | |
| **Conteúdo da aula** | | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** | |
| 1 a 4 | Os primeiros slides expõem a estrutura e objetivos desta sessão. Os delegados devem ter a oportunidade de fazer quaisquer perguntas preliminares que possam ter relativamente à estrutura e objetivos da sessão. | |
| 5 a 124 | Estes slides abrangem as disposições da lei processual ao abrigo do Capítulo II, Secção 2 da Convenção de Budapeste. O formador deve primeiro apresentar aos delegados as definições básicas, como "dados informáticos", "dados de conteúdo", "dados de tráfego" e "prestador de serviços", conforme utilizado na Convenção de Budapeste. Em seguida, o formador deve abranger o texto e explicações detalhadas sobre os seguintes poderes processuais na Convenção de Budapeste:  a. Conservação acelerada de dados armazenados em computadores (artigo 16.º)  b. Preservação acelerada e divulgação parcial de dados de tráfego preservados (Artigo 17.º)  c. Ordem de produção (artigo 18.º)  d. Pesquisa e apreensão de dados informáticos armazenados (Artigo 19.º)  e. Recolha em tempo real de dados de tráfego (artigo 20.º)  f. Interceção de dados de conteúdo (artigo 21.º)  Os delegados devem ser informados sobre os elementos importantes destes artigos de direito processual da Convenção de Budapeste. Os elementos importantes de cada artigo são marcados individualmente em texto vermelho e cada elemento individual destacado é seguido por slides com explicações do elemento anterior. O formador pode optar por não utilizar estes slides detalhados não importantes, mas é importante que cada poder processual seja explicado com detalhes suficientes. | |
| 125 a 138 | Esta secção analisa as condições e salvaguardas previstas na Convenção de Budapeste e explica os elementos do Artigo 15.º. Esta secção também abrange os direitos que são garantidos pela Convenção Europeia de Direitos Humanos e pela Convenção Internacional de Direitos Humanos.  É importante que esses slides sejam apresentados de uma forma que destaque as considerações práticas que os delegados teriam de considerar ao exercer poderes processuais ou ao lidar com o exercício de poderes processuais. Por exemplo, os participantes devem estar cientes dos diferentes direitos que podem ser afetados em qualquer processo de cibercrime e como esses direitos podem ser salvaguardados. | |
| 139 a 149 | Estes slides devem ser preenchidos pelo formador. Devem ser inseridas as disposições relevantes de legislação nacional correspondente aos seguintes poderes processuais na Convenção de Budapeste:  a. Preservação acelerada de dados armazenados no computador  b. Preservação acelerada e divulgação parcial de dados de tráfego  c. Ordem de produção  d. Pesquisa e apreensão de dados informáticos armazenados  e. Recolha em tempo real de dados de tráfego  f. Interceção de dados de conteúdo  O formador pode considerar destacar os principais elementos das disposições da legislação nacional para permitir uma apresentação mais eficaz destes slides. | |
| 150 a 152 | O formador deve recapitular os objetivos da sessão com os delegados e dar-lhes a oportunidade de fazer perguntas relacionadas com o material abrangido neste módulo. | |
| **Exercícios práticos**  Não são previstos exercícios práticos para esta aula. | | |
| **Avaliação de conhecimentos**  Não foi apresentada uma avaliação formal para esta sessão. O formador é encorajado a verificar o conhecimento e compreensão ao fazer perguntas importantes ao longo da sessão. | | |

## Aula 1.3.2 Legislação sobre cibercrimes “Legislação nacional processual relativa a cibercrime”

Secção a ser preenchida pelos formadores nacionais encarregados deste módulo

## Aula 1.3.3 Práticas e procedimentos de provas eletrónicas

|  |  |
| --- | --- |
| Aula 1.3.3 Práticas e procedimentos de provas eletrónicas | Duração: 120 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Acesso à Internet (se disponível) * PowerPoint ou outra apresentação * Exemplos de hardware de computador (se disponível) \* * Cópia do Guia de Provas Eletrónica do Conselho Europeu * Cópia da prova eletrónica lida previamente para este curso * Cópias impressas dos anexos do guia utilizado na sessão   \* Recomenda-se que o formador obtenha várias peças de hardware para utilizar na secção seguinte. Estas devem incluir itens que contenham provas e outros que não, como carregadores, cabos, etc. Estes podem ser entregues aos delegados e pode ser perguntado a cada um se a peça de equipamento que possuem pode ou não conter provas eletrónicas. É importante destacar durante a sessão que, além da prova eletrónica, os itens podem conter provas tradicionais, como impressões digitais ou ADN. Os slides, numerados de 18 a 42, que retratam e descrevem dispositivos estão presentes para ajudar um formador quando não for possível adquirir dispositivos físicos para o curso. O formador pode simplesmente ocultar estes slides quando os dispositivos são utilizados ou utilizá-los para materiais de apoio. | |
| **Objetivo da sessão:**  O objetivo desta sessão é fornecer aos juízes e procuradores o conhecimento de questões relacionadas com provas eletrónicas, como os vários tipos que podem encontrar, como é recuperado e tratado durante as investigações e produzido para julgamentos criminais. Também é fornecido mais conhecimento sobre os desafios de recuperar estas provas de outras jurisdições. Além disso, a transição da prova eletrónica de apreensão para exame e produção é tratada na curta sessão que delineia a ciência da ciência forense digital. O nível de conhecimento detalhado requerido pelos delegados pode variar, dependendo do sistema legal no país e do grau de envolvimento dos delegados na fase de investigação. A sessão baseia-se no conhecimento que deveria ter sido adquirido pelos delegados durante a pré-leitura do curso, que foi preparada para permitir a redução do tempo alocado para essa sessão, dos 180 minutos originais para os atuais 120 minutos. | |
| **Objetivos:**  No final desta sessão, os delegados serão capazes de:   * Discutir os conteúdos da Guia de Provas Eletrónica COE * Discutir os vários tipos de provas eletrónicas * Explicar os princípios das melhores práticas relativas à apreensão e manipulação de provas eletrónicas * Identificar os desafios disponibilizados pelo "módulo morto", "dados ativos" e fontes online de provas eletrónicas, incluindo provas na "nuvem" * Discutir a admissibilidade das provas eletrónicas em procedimentos judiciais * Explicar o planeamento e preparação adequados de uma busca onde podem ser encontradas provas digitais. * Explicar como um local do crime deve ser protegido e documentado, caso existam provas digitais. * Explicar o termo Investigação forense * Comparar a Investigação forense digital com as ciências forenses tradicionais * Definir, pelo menos, três sub-ramos de Investigação forense digital * Identificar as quatro etapas nas examinações da Investigação forense digital * Diferenciar as duas categorias de localizações digitais * Descrever como a investigação forense digital pode apoiar as investigações | |
| **Guia de formação**  A sessão sobre provas eletrónicas foi reduzida nesta versão do curso e uma pré-leitura produzida para os delegados considerarem antes do curso. O formador pode considerar uma breve avaliação de conhecimentos no início da sessão para verificar se a pré-leitura foi utilizada. Isto pode ser na forma de questionário. O conteúdo da pré-leitura introduziu os delegados em diferentes formas de dispositivos que podem conter provas eletrónicas. O formador também pode considerar a obtenção de uma variedade de dispositivos eletrónicos, alguns dos quais podem conter provas eletrónicas. Passar estas etapas no início da sessão é outra forma de avaliar até que ponto os delegados assimilaram as informações na pré-leitura. Conforme acontece com as outras sessões, esta fornece informações adicionais nas notas dos slides para ajudar o formador.  Os slides que formam a pré-leitura foram deixados para o formador, que pode querer utilizá-los para reforçar as informações ou para mostrar as perguntas. Eles não devem ser utilizados como método de apresentação durante a aula.  Há informações na aula sobre a pesquisa e apreensão de provas eletrónicas. Isto varia desde a preparação e planeamento até ao equipamento a levar e à apreensão real e considerações associadas. Dependendo do sistema legal dos países dos delegados, isto será de mais ou menos interesse. Em jurisdições de direito comum, os juízes não têm nenhuma função na investigação ou em quaisquer atividades associadas, como pesquisa e apreensão. No entanto, devem entender as provas quando forem produzidas diante deles, portanto, pode ser adequada uma descrição geral dos problemas. Em outras jurisdições, o juiz pode ter uma função na investigação e os procuradores podem ser legalmente responsáveis ​​pela investigação. Nestes casos, a questão da pesquisa e apreensão. Cada formador é responsável por verificar a função dos delegados e adaptar os materiais de formação em conformidade. O formador deve considerar o tempo total disponível ao decidir a ênfase a ser colocada nos materiais, lembrando o contexto geral dos objetivos de ensino, que são a base da aula. | |

|  |  |
| --- | --- |
| **Conteúdo da aula** | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** |
| 1 a 6  Slides obrigatórios | Os primeiros slides são a introdução à sessão e incluem o Programa e os objetivos da sessão. O formador deve garantir que estes são alterados onde foi decidido eliminar conjuntos de slides.  O slide 6 é para começar a discussão com os delegados. O formador deve iniciar uma discussão com o grupo, ao identificar os tipos de provas eletrónicas e ao incentivar os participantes a fornecer detalhes sobre os seus conhecimentos sobre o assunto. O formador deve então listar os tipos destacados num quadro ou quadro branco. O formador deve completar a lista se o público não destacar os tipos de provas. A lista deve incluir os dois tipos de provas, por exemplo, módulo morto, dados em tempo real, memória, Internet, bem como fontes de provas, como as tratadas na secção de tecnologia do curso. |
| 7 a 12  Slides importantes | Estes slides definem as definições de provas e provas eletrónicas. Até certo ponto, isto é também uma atualização das informações nos materiais de pré-leitura.  O formador deve preparar-se para o curso, estabelecendo se há definições nacionais na jurisdição na qual a formação está a ser realizada e, se for o caso, incluir essas informações na apresentação. |
| 13 a 46  Slides não importantes | Estes slides repetem o conteúdo da pré-leitura e, portanto, não devem ser utilizados para fornecer a aprendizagem. O formador tem a opção de utilizar qualquer um dos slides, caso haja necessidade durante a sessão, para reforçar um ponto ou responder a uma pergunta do delegado. Estes slides devem ficar ocultos durante a apresentação e é de responsabilidade do formador preparar os slides para cada apresentação do curso. |
| 47 a 148 | Os slides nas secções a seguir lidam com o Guia de Provas eletrónicas COE, que é um aspeto importante da formação. A apresentação é dividida em secções, conforme descrito nas secções a seguir até ao slide 148. |
| 47 a 63  Slides obrigatórios | Estes slides abrangem a introdução e a explicação do guia. Detalham como este é estruturado e explicam os níveis em que as informações são fornecidas. |
| 64 a 71  Slides obrigatórios | Esta secção aborda os princípios da provas eletrónicas. Os princípios e ligações entre eles devem ser claramente explicados pelo formador. Os princípios foram incluídos na pré-leitura, no entanto, deve haver tempo suficiente alocado durante o curso para garantir que os delegados estão familiarizados com eles. |
| 72 a 80  Slides importantes | Estes slides abrangem as considerações iniciais e o planeamento e preparação para a apreensão de provas eletrónicas. Os slides são suportados por informações adicionais nas notas do slide. |
| 81 a 89  Slides não importantes | Isto explica o que e quem levar para um local de pesquisa. Conforme mencionado anteriormente, a sua relevância depende de o público estar envolvido no processo de investigação. Caso contrário, o formador deve considerar se deseja incluir estas informações e ocultar os slides, conforme adequado. |
| 90 a 99  Slides não importantes | Esta secção trata da segurança do local e das primeiras ações no local. Mais uma vez, a consideração de utilizar estes slides depende do envolvimento do público nas atividades de pesquisa e apreensão. |
| 100 a 105  Slides não importantes | Estes slides explicam como o local deve ser documentada. |
| 106 a 126  Slides importantes | Esta secção trata dos tipos de material que podem ser encontrados no local e descreve as considerações e métodos de apreensão. Os slides são suportados por informações adicionais nas notas do slide. O slide final é um fluxograma para pesquisa e apreensão e pode ser utilizado pelo formador para apresentar a variedade de anexos semelhantes ao guia. |
| 127 a 140  Slides obrigatórios | A questão abordada nesta secção é a dos dados voláteis; incluindo análise forense de dados em tempo real, armazenamento remoto e provas da Internet. Esta é uma secção importante, pois trata da captura de dados que podem ser alterados e explica os processos a serem seguidos para garantir que a integridade da prova é mantida. Existe outro fluxograma COE que diferencia a captura de "módulo morto" da "dados em tempo real". Os slides são suportados por informações adicionais nas notas do slide. |
| 141 a 148  Slides não importantes | Este grupo de slides trata da importância da correta identificação, transporte e armazenamento de provas eletrónicas e dispositivos de armazenamento de dados. Isto será de interesse limitado para aqueles que não estão envolvidos no processo de investigação. |
| 149 a 167  Slides obrigatórios | Esta secção aborda o assunto importante da investigação forense digital, ou seja, a forma como os dados apreendidos são processados ao chegarem ao laboratório. Esta secção foi transferida do curso avançado para o curso introdutório devido ao aumento da sua relevância para a Judiciária. Os slides são animados para permitir que o formador faça uma pausa e envolva o público nas explicações. Existe uma comparação entre a análise forense analógica e digital e uma explicação do processo, bem como a relevância de todo o processo. Os slides são fortemente suportados por animações e informações adicionais que estão nas notas do slide. |
| 168 a 171  Slides obrigatórios | Os slides finais permitem que ao formador rever os objetivos de aprendizagem com o público para que possa ter a certeza de que foram alcançados. É também uma oportunidade para os delegados colocarem quaisquer dúvidas que possam estar pendentes ou em relação a assuntos apresentados que não tenham compreendido completamente. Além disso, o formador pode utilizar a sessão para verificar os conhecimentos aprendidos, fazendo perguntas aos participantes. Isto é importante, pois não há avaliação formal neste curso. |
| **Exercícios práticos**  Não são previstos exercícios práticos para esta aula. | |
| **Avaliação de conhecimentos**  Nenhuma verificação ou avaliação foi preparada para esta sessão. | |

## Aula 1.3.4 Competências de formação Preparação e planeamento

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aula 1.3.4 Competências de formação Preparação e planeamento 1 | | Duração: 60 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição. * Quadro branco. * Canetas para quadro branco (pelo menos, 2 de cada, azul, preto, vermelho e verde). * 2 cartazes com papel adequado. * Bloco de notas de estudante e canetas. * Agrafador, furador e tesouras. * Fita ou um produto semelhante para permitir a fixação de papéis temporariamente na parede. * Sessão 1.3.4 - Documento de Estilos de comunicação * Sessão 1.3.4 - Documento de demonstração * Sessão 1.3.4 - Documento de Orientações para docentes * Sessão 1.3.4 - Documento de fichas de apoio * Sessão 1.3.4 - Documento de Estilos de aprendizagem | | |
| **Objetivo da sessão:**  O objetivo geral desta formação é trazer profissionalismo e consistência à forma de apresentação da formação da formação sobre cibercrime padrão direcionada a juízes e procuradores na Turquia e fornecer competências adicionais para que os formadores possam realizar o curso básico nos seus próprios países.  O objetivo desta sessão é delinear os sete passos para o sucesso na formação, em particular os três primeiros Planeamento, Pesquisa, Estrutura e Conteúdo. | | |
| **Objetivos:**  No final da sessão, os estudantes serão capazes de:   * Preparar adequadamente * Aplicar técnicas de leitura e demonstração variadas * Utilizar a melhor prática para pesquisar e conceber conteúdo (KIS) * Identificar os estilos de personalidade da audiência que possam influenciar a apresentação da formação * Demonstrar a utilização lógica da estrutura do curso | | |
| **Guia de formação**  Esta sessão foi preparada para permitir que os delegados discutam a preparação do curso, a pesquisa pré-curso, a estrutura da sala de aula e do curso e, finalmente, o conteúdo do curso. Em conjunto com a sessão seguinte (1.4.3), esta é a intenção de fornecer uma visão completa dos "Sete Passos para o Sucesso", ou seja, Planeamento, Pesquisa, Estrutura, Conteúdo, Imagem, Ensaiar e Ensaiar Novamente. Os slides desta apresentação são fornecidos como uma estrutura para o formador trabalhar logicamente nos objetivos.  A apresentação da sessão é suportada pelos documentos adicionais listados na lista de recursos. Vários deles servem para ajudar o formador a compreender melhor a sessão e outros, como os estilos de aprendizagem e os documentos dos estilos de comunicação, podem ser utilizados para envolver os delegados na discussão desses assuntos, preenchendo os formulários e identificando seus próprios estilos. Isto depende muito do tempo disponível. Na falta de tempo suficiente, os documentos listados devem ser fornecidos aos delegados para auxiliá-los na sua preparação como formadores. Os documentos não devem ser distribuídos antes da formação, pois, assim, negariam a capacidade de utilizá-los como exercícios. | | |
| **Conteúdo da aula** | | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** | |
| 1 a 2  Obrigatório | Os primeiros slides definem o propósito e a estrutura da sessão. Os objetivos para esta sessão são explicados aos delegados, estas são as coisas que o delegado deve ser capaz de fazer no final da sessão. Estes objetivos podem ser utilizados para testar o conhecimento obtido e permitir que os delegados avaliem a formação. | |
| 3  Obrigatório | Este slide apresenta os 7 passos para os delegados - nesta sessão os quatro primeiros passos serão abrangidos. Formador apresentar o primeiro tópico - Planeamento. | |
| 4 a 12  Obrigatório | Estes slides lidam com a preparação e o planeamento e oferecem a oportunidade para o formador envolver os delegados, perguntando-lhes o que eles acham que são os assuntos no processo de planeamento e preparação. O formador pode fazer anotações no quadro e comparar as respostas dos delegados com os slides 4 e 5. A interação do delegado pode ser mantida em toda esta secção. Os slides a seguir lidam com os tipos de multimédia a serem utilizados e a disposição da sala (slides 8 e 9). O formador deve convidar os delegados a escolher a sua opção preferida no slide 8 antes de revelar o slide 9 e, em seguida, participar na discussão sobre as escolhas. Os slides finais desta secção concentram-se no local e nas instalações. O formador deve pedir aos delegados que listem os itens mais importantes a serem verificados, com o slide 10 visível, registar as respostas no quadro e, em seguida, revelar os slides 11 e 12 e continuar a discussão. | |
| 13 a 20  Obrigatório | Esta secção analisa a oportunidade para o formador realizar pesquisas pré-curso, para examinar que características do público podem afetar a forma como apresentam os materiais do curso. Os slides a seguir examinam uma série de problemas que podem afetar os seus métodos de apresentação. São fornecidas mais informações nas notas de cada slide. Os slides 18 e 19 fornecem informações importantes para o formador considerar em relação ao quanto o público provavelmente irá reter e as melhores formas de reter informações. | |
| 21 a 23  Obrigatório | Esta é uma secção curta que analisa a estrutura de uma atividade de formação e o processo lógico que é seguido. | |
| Slide 24  Obrigatório | Objetivos da sessão  O formador deve agora recapitular que os delegados são capazes de:   * Preparar adequadamente * Aplicar técnicas de leitura e demonstração variadas * Utilizar a melhor prática para pesquisar e conceber conteúdo (KIS) * Identificar os estilos de personalidade da audiência que possam influenciar a apresentação da formação * Demonstrar a utilização lógica da estrutura do curso | |
| **Exercícios práticos**  Existem muitos exercícios nesta sessão como discussões formais em grupo, que exigem a apresentação de um relatório e também uma série de discussões ad hoc em sala de aula. | | |
| **Avaliação de conhecimentos**  O formador deve avaliar os conhecimentos e compreensão através de perguntas relevantes durante cada um dos aspetos da sessão. | | |

## Aula 1.4.1 Cooperação internacional

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aula 1.4.1 (Cooperação internacional) | | Duração: 120 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição. * Acesso à Internet (se disponível). * Bloco de notas de estudante e canetas. | | |
| **Objetivo da sessão:**  O objetivo geral desta sessão é fornecer aos delegados uma compreensão abrangente dos mecanismos de cooperação internacional em questões de cibercrime e provas eletrónicas, com foco nas disposições da Convenção de Budapeste. | | |
| **Objetivos:**  No final da sessão, os estudantes serão capazes de:   * Reconhecer a dimensão global da Internet e a dimensão internacional do cibercrime * Explicar a importância da cooperação internacional e reconhecer os instrumentos disponíveis para cooperação internacional no campo do cibercrime * Identificar a necessidade de canais muito rápidos e eficientes para cooperação internacional e os instrumentos disponíveis, as formas como são utilizados, os horários e a eficácia * Descrever os esforços de organizações internacionais relativamente à implementação de novas modalidades de cooperação internacional * Discutir a Convenção de Budapeste sobre Cibercrime e identificar os seus princípios gerais, as medidas provisionais e a rede 24 horas por dia, 7 dias por semana para cooperação internacional urgente | | |
| **Guia de formação**  Esta sessão foi preparada para fornecer aos delegados uma compreensão abrangente dos mecanismos de cooperação internacional relacionados com o cibercrime e as provas eletrónicas. Esta sessão foi dividida em cinco partes, além de uma introdução e uma conclusão. A primeira parte abrange a dimensão internacional do cibercrime. A segunda parte aborda as respostas internacionais ao cibercrime e as várias organizações, agências e tratados que permitem ou facilitam a cooperação internacional. A terceira parte fornece uma breve introdução aos aspetos de cooperação internacional da Convenção de Budapeste. A quarta parte contém explicações pormenorizadas de disposição por disposição de cada um dos artigos do Capítulo III da Convenção de Budapeste relativa à cooperação internacional. A quinta parte da sessão oferece aos delegados uma compreensão de várias questões práticas que podem ser enfrentadas ao se envolver na cooperação internacional. | | |
| **Conteúdo da aula** | | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** | |
| 1 a 3 | Os primeiros slides expõem a estrutura e objetivos desta sessão. Os delegados devem ter a oportunidade de fazer quaisquer perguntas preliminares que possam ter relativamente à estrutura e objetivos da sessão. | |
| 4 a 8 | Estes slides têm como finalidade proporcionar aos delegados uma compreensão quanto à dimensão global da Internet e a necessidade de cooperação internacional em matérias de cibercrime e provas eletrónicas. O formador deve destacar as perguntas difíceis relativamente aos aspetos internacionais de cibercrimes como as considerações principais para as secções seguintes deste módulo. | |
| 9 a 28 | Estes slides apresentam os delegados a alguns mecanismos eficazes de cooperação internacional, incluindo várias organizações, agências e tratados que permitem e facilitam a cooperação internacional entre os estados. O formador deve explicar estas diferentes respostas internacionais ao cibercrime. Os slides abrangem a Interpol, pontos de contacto permanente UE, Europol, Eurojust, pontos de contacto G8, OSCE, etc., sendo que cada um deve ser apresentado aos delegados. | |
| 29 a 95 | Estes slides abrangem as disposições de cooperação internacional abordadas no Capítulo III da Convenção de Budapeste. O formador deve abranger o texto e as explicações detalhadas das seguintes disposições de cooperação internacional na Convenção de Budapeste:  a. Informação espontânea (artigo 26.º)  b. Preservação acelerada de dados armazenados no computador (Artigo 29.º)  c. Preservação acelerada de dados armazenados no computador (Artigo 30.º)  d. Assistência mútua relativamente ao acesso de dados informáticos armazenados (Artigo 31.º)  e. Acesso transfronteiriço a dados de computadores armazenados com consentimento ou quando disponíveis publicamente (Artigo 32.º)  f. Assistência mútua para a recolha de dados de tráfego em tempo real (Artigo 33.º)  g. Assistência mútua em matéria de interceção de dados de conteúdo (Artigo 34.º)  h. Rede permanente (Artigo 35.º)  Os delegados devem ser informados sobre todos os elementos importantes destes artigos de cooperação internacional da Convenção de Budapeste. Os elementos importantes de cada artigo são marcados individualmente em texto vermelho e cada elemento individual destacado é seguido por slides com explicações do elemento anterior. O formador pode optar por não utilizar estes slides detalhados não importantes, mas é importante que cada disposição de cooperação internacional seja explicada com detalhes suficientes. | |
| 96 a 112 | Estes slides listam os problemas práticos que podem surgir durante qualquer esforço para cooperar internacionalmente. O formador deve utilizar estes slides para demonstrar aos delegados os vários fatores que são necessários ter em consideração no exercício dos seus poderes para permitir a cooperação internacional. | |
| 112 a 115 | O formador deve recapitular os objetivos da sessão com os delegados e dar-lhes a oportunidade de fazer perguntas relacionadas com o material abrangido neste módulo. | |
| **Exercícios práticos**  Não são previstos exercícios práticos para esta aula. | | |
| **Avaliação de conhecimentos**  Não foi apresentada uma avaliação formal para esta sessão. O formador é encorajado a verificar o conhecimento e compreensão ao fazer perguntas importantes ao longo da sessão. | | |

## Aula 1.4.2 Cooperação pública privada

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aula 1.4.2 Cooperação pública privada | | Duração: 90 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição. * Acesso à Internet (se disponível). * Bloco de notas de estudante e canetas. | | |
| **Objetivo da sessão:**  A finalidade geral desta sessão é fornecer aos delegados uma compreensão abrangente dos meios e canais disponíveis para a cooperação entre o setor público e privado, nacional e internacionalmente para fins de combate ao cibercrime. | | |
| **Objetivos:**  No final da sessão, os estudantes serão capazes de:   * Reconhecer que a cooperação com o setor privado é essencial para questões de combate ao cibercrime * Identificar os níveis de cooperação com a indústria doméstica (cooperação compulsiva e voluntária) * Identificar as várias ferramentas na legislação nacional que permite a cooperação obrigatória entre as agências da lei e a indústria doméstica * Reconhecer os desafios que os dados na nuvem possuem relativamente à realização de investigações de cibercrimes * Identificar os diferentes níveis em que a cooperação pode aplicar-se com a indústria estrangeira * Explicar as barreiras que as agências de autoridades policiais relativamente ao acesso aos dados detido pelos fornecedores de serviços multinacionais * Identificar que a cooperação pode ocorrer formalmente através dos governos ou informalmente pelos oficiais da autoridade diretamente com fornecedores de serviços multinacionais * Discutir exemplos de cooperação com fornecedores de serviços multinacionais na obtenção do acesso aos dados * Identificar os desafios enfrentados comummente relativamente à cooperação direta com fornecedores de serviços multinacionais | | |
| **Guia de formação**  A cooperação pública privada é de extrema importância na batalha global contra o cibercrime. Esta sessão foi preparada com vista a proporcionar aos delegados uma compreensão abrangente de cooperação pública privada, dentro de um contexto nacional e internacional. Esta sessão foi dividida em quatro partes, além de uma introdução e uma conclusão. A primeira parte abrange as definições básicas dos termos incluindo os dados da nuvem, bem como os desafios impostos pelos dados da nuvem para leis processuais relativas às provas eletrónicas. A segunda parte trata da cooperação pública privada num contexto nacional, incluindo cooperação obrigatória e voluntária. A terceira parte abrange a cooperação pública privada num contexto internacional, incluindo a cooperação obrigatória, cooperação voluntária com um mandato legal e cooperação voluntária com um mandato legal. A quarta parte contém estudos de caso que foram preparados com vista a permitir os formadores a testar o conhecimento adquirido pelos delegados neste módulo e nos módulos anteriores em direito substancial, direito processual e cooperação internacional. | | |
| **Conteúdo da aula** | | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** | |
| 1 a 4 | Os primeiros slides expõem a estrutura e objetivos desta sessão. Os delegados devem ter a oportunidade de fazer quaisquer perguntas preliminares que possam ter relativamente à estrutura e objetivos da sessão. | |
| 5 a 16 | Estes slides apresentam aos delegados algumas definições básicas que são pertinentes para as restantes partes da sessão. Alguns termos que foram definidos nesta secção foram abrangidos noutros módulos e o formador pode selecionar para ignorar os slides marcados como não importantes ou abrangê-los brevemente. Esta secção também apresenta os delegados ao trabalho do Grupo de Provas em Nuvem. | |
| 17 a 39 | Estes slides abrangem a cooperação entre os setores públicos e privados num contexto nacional, obrigatório e voluntário. É recomendada uma breve explicação de lei nacional que permite esta cooperação, com exemplos de como estes poderes processuais podem ser exercidos em relação ao prestador de serviços nacional. Espera-se também que o formador discuta exemplos, caso existam, de notas explicativas de entendimento ou acordos formais entre organismos do setor privado e agências do setor público em relação à cooperação em questões relacionadas com cibercrime e provas eletrónicas. O formador deve esclarecer aos delegados que todos os poderes processuais internos se aplicam aos dados em nuvem. | |
| 40 a 72 | Estes slides abrangem a cooperação entre os setores público e privado num contexto internacional. Esta parte do módulo trata de três níveis de cooperação; nomeadamente cooperação obrigatória com mandato legal, cooperação voluntária com mandato legal e cooperação voluntária independentemente do mandato legal. Os slides lidam com cada nível de cooperação individualmente.  Em relação à cooperação obrigatória, espera-se que o formador explique como os canais formais de cooperação internacional permitem que o setor público de um país determine a cooperação do prestador de serviços do setor privado de outro país, solicitando que o segundo país exerça poderes processuais que exigem cooperação do prestador de serviços do setor privado. O formador também deve reiterar a aplicação extraterritorial de ordens de produção e como elas podem permitir a procura de cooperação obrigatória de prestadores de serviços estrangeiros que operam no território, com respeito a informações especificadas do subscritor na posse ou controlo de tal prestador de serviços. No que diz respeito à cooperação voluntária com mandatos legais, o formador deve centrar-se no artigo 32.º da Convenção de Budapeste, que permite o acesso transfronteiriço direto a dados de computadores armazenados com consentimento ou quando disponíveis publicamente. Por fim, estes slides discutem mecanismos pelos quais a cooperação com prestadores de serviços estrangeiros pode ser realizada sem qualquer mandato legal. Esta secção abrange os processos adotados por alguns prestadors de serviços para cooperação direta. | |
| 73 a 82 | Estes slides listam as considerações que devem ser consideradas ao cooperar com fornecedores de serviços estrangeiros. Espera-se que o formador forneça informações aos delegados sobres estas considerações, de modo a destacar a função dos delegados em garantir a cooperação eficaz com estes prestadores de serviços. | |
| 83 a 102 | Estes slides contêm estudos de caso individuais. Cada estudo de caso consiste em breves factos relacionados com os materiais abordados na sessão. O formador deve primeiro ler os factos de um estudo de caso e, em seguida, dar aos delegados uma oportunidade de propor respostas. O formador pode ter de intervir e orientar os delegados relativamente a possíveis respostas. O formador deve garantir que esta parte da sessão é interativa, pois dará ao formador a oportunidade de avaliar se a formação foi eficaz. | |
| 103 a 105 | O formador deve recapitular os objetivos da sessão com os delegados e dar-lhes a oportunidade de fazer perguntas relacionadas com o material abrangido neste módulo. | |
| **Exercícios práticos**  Não são previstos exercícios práticos para esta aula. | | |
| **Avaliação de conhecimentos**  Não foi apresentada uma avaliação formal para esta sessão. O formador é encorajado a verificar o conhecimento e compreensão ao fazer perguntas importantes ao longo da sessão. O formador também deve utilizar os estudos de caso para avaliar se os objetivos da sessão foram cumpridos. | | |

## Aula 1.4.3 Planeamento e preparação Envolvimento do público

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aula 1.4.3 - Competências de formação - Preparação e planeamento Envolvimento do público | | Duração: 60 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição. * Quadro branco. * Canetas para quadro branco (pelo menos, 2 de cada, azul, preto, vermelho e verde). * 2 cartazes com papel adequado. * Bloco de notas de estudante e canetas. * Agrafador, furador e tesouras. * Fita ou um produto semelhante para permitir a fixação de papéis temporariamente na parede. * Sessão 1.4.3 - Documento sobre Falar com o grupo | | |
| **Objetivo da sessão:**  O objetivo geral desta formação é trazer profissionalismo e consistência à forma de apresentação da formação da formação sobre cibercrime padrão direcionada a juízes e procuradores na Turquia e fornecer competências adicionais para que os formadores possam realizar o curso básico nos seus próprios países.  O objetivo desta sessão é delinear os sete passos para o sucesso na formação, em particular os três últimos, Imagem, Ensaiar e Ensaiar novamente. | | |
| **Objetivos:**  No final da sessão, os delegados serão capazes de:   * Elevar a sua imagem como Instrutor * Gerir o envolvimento contínuo do seu público * Ensaiar eficazmente | | |
| **Guia de formação**  Esta sessão foi preparada para permitir que os delegados discutam a preparação do curso, a imagem, a gestão do envolvimento do público e a importância do ensaio em conjunto com a sessão anterior (1.3.4), com o objetivo de fornecer uma visão completa dos "Sete passos para o sucesso", ou seja, planeamento, pesquisa, estrutura, conteúdo, imagem, ensaiar e ensaiar novamente. Os slides desta apresentação são fornecidos como uma estrutura para o formador trabalhar logicamente nos objetivos.  A apresentação da sessão é suportada pelos documento adicional listado na lista de recursos. Isto é para ajudar o formador a entender melhor a sessão. | | |
| **Conteúdo da aula** | | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** | |
| 1 a 2  Obrigatório | Os primeiros slides definem o propósito e a estrutura da sessão. Os objetivos para esta sessão são explicados aos delegados, estas são as coisas que o delegado deve ser capaz de fazer no final da sessão. Estes objetivos podem ser utilizados para testar o conhecimento obtido e permitir que os delegados avaliem a formação. | |
| Slide 3  Obrigatório | Este slide apresenta os 7 passos para os delegados - nesta sessão os quatro primeiros passos serão abrangidos. Formador apresentar o primeiro tópico - Planeamento. | |
| Slides 4 a 8  Obrigatório | Esses slides lidam com o conteúdo de uma preparação e oferecem a oportunidade para o formador envolver os delegados, perguntando-lhes o que acham que são os problemas ao considerar o conteúdo. O formador pode fazer anotações no quadro e comparar as respostas dos delegados com os slides 5 e 6. A interação do delegado pode ser mantida em toda esta secção. Os slides 7 e 8 lidam com o princípio e as questões de manter as coisas simples. | |
| Slides 9 a 20  Obrigatório | Estes lidam com as questões de melhorar a imagem do apresentador. Os slides 10 a 14 tratam das considerações de falar com o público. O instrutor pode envolver os delegados perguntando-lhes o que eles acham que são as questões envolvidas e o formador pode fazer anotações no quadro e comparar as respostas dos delegados com o slide 11 a 14. Os slides de 15 a 17 lidam com as leis da linguagem, os prós e contras de como falar com o público. Os slides 18 a 20 lidam com diferentes tipos de técnicas de questionamento e oferecem ao formador a oportunidade de se envolver com o público de uma maneira prática. | |
| Slides 21 a 25  Obrigatório | Estes slides lidam com a importância e os motivos de praticar uma apresentação antes da sua entrega. | |
| Slide 26  Obrigatório | O formador deve agora recapitular que os delegados são capazes de:   * Elevar a sua imagem como Instrutor * Gerir o envolvimento contínuo do seu público * Ensaiar eficazmente | |
| **Exercícios práticos**  Não há exercícios práticos preparados para esta sessão | | |
| **Avaliação de conhecimentos**  O formador deve avaliar os conhecimentos e compreensão através de perguntas relevantes durante cada um dos aspetos da sessão. | | |

## Aula 1.4.4 - Preparação para as apresentações dos delegados

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aula 1.4.4 - Competências de formação – Preparação para delegar apresentações | | Duração: 90 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição. * Quadro branco. * Canetas para quadro branco (pelo menos, 2 de cada, azul, preto, vermelho e verde). * 2 cartazes com papel adequado. * Bloco de notas de estudante e canetas. * Agrafador, furador e tesouras. * Fita ou um produto semelhante para permitir a fixação de papéis temporariamente na parede. | | |
| **Objetivo da sessão:**  O objetivo desta sessão é garantir que os delegados estão adequadamente preparados para trabalhar dentro de sua equipa para desenvolver a sua apresentação para entrega no último dia. | | |
| **Objetivos:**  No final destas sessões, os delegados serão capazes de:   * Preparar uma apresentação eficaz para a sessão do dia final. * Trabalhar com membros da equipa no desenvolvimento da apresentação * Explicar a estrutura do horário de apresentação | | |
| **Guia de formação**  Esta é a sessão de competências de formação final do curso. É uma oportunidade importante para garantir que os delegados são esclarecidos sobre o que é necessário e possam procurar ajuda dos formadores A introdução à sessão não deve demorar mais de 30 minutos, permitindo que as equipas trabalhem nas suas apresentações nos últimos 60 minutos. Os formadores devem verificar o progresso de cada equipa e garantir que estão cientes de quaisquer recursos adicionais que possam ser solicitados pelos delegados. | | |
| **Conteúdo da aula** | | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** | |
| 1 a 2  Obrigatório | Os primeiros slides definem o propósito e a estrutura da sessão. Os objetivos para esta sessão são explicados aos delegados, estas são as coisas que o delegado deve ser capaz de fazer no final da sessão. Estes objetivos podem ser utilizados para testar o conhecimento obtido e permitir que os delegados avaliem a formação. | |
| Slide 3  Obrigatório | Este slide descreve o plano da sessão para os delegados e as expectativas deles. | |
| Slide 3  Obrigatório | Isto explica o propósito e a estrutura desta sessão e explica que os primeiros 30 minutos irão lidar com esta apresentação e os 60 minutos finais permitirão que as equipas iniciem as suas apresentações e terão os instrutores disponíveis para fornecer conselhos e orientações. | |
| Slide 4  Obrigatório | Este diapositivo define o calendário para cada equipa preparar e entregar a sua apresentação e permite tempo para o feedback da avaliação dos formadores e delegados. É importante que os delegados preencham os formulários de avaliação com honestidade e que estes sejam entregues ao delegado em questão para que retirem e considerem quaisquer comentários, antes da realização de qualquer formação futura. | |
| Slides 5 a 6 Obrigatório | Esses slides contêm alguns dos prós e contras quando se trata de preparar e entregar uma apresentação. Lembra aos delegados que eles devem utilizar um dos assuntos abordados no curso e algumas dicas finais. Mais importante é ser reiterado pelo formador, não é para produzir muitos slides, o que é frequentemente o caso. Naturalmente, os delegados estão livres para entregar em qualquer formato que acharem melhor. | |
| Slide 7  Obrigatório | Este slide apresenta os detalhes do processo de avaliação e como ele será realizado. Tanto a conceção como a apresentação da sessão serão avaliadas e cada formador e a equipa delegada não apresentadora serão obrigadas a preencher o formulário para cada delegado. É importante que o formador explique a necessidade de honestidade, pois é isso que permite que o feedback seja mais eficaz. A utilização de palavras isoladas como "bom" ou "fraco" não deve ser utilizado sem uma explicação do motivo pelo qual esse julgamento foi feito. | |
| Slide 8  Obrigatório | Este slide explica que a ordem de entrega das apresentações deve ser decidida através de sorteio. Este exercício deve ser realizado neste momento para garantir que os delegados estão preparados pela ordem em que irão apresentar. O formador deve ter a lista impressa e colocada na parede ou na porta da sala, para que não haja espaço para dúvidas. | |
| Slide 9  Obrigatório | O formador deve agora recapitular que os delegados são capazes de:   * Preparar uma apresentação eficaz para a sessão do dia final. * Trabalhar com membros da equipa no desenvolvimento da apresentação * Explicar a estrutura do horário de apresentação | |
| **Exercícios práticos**  Não há exercícios práticos preparados para esta sessão | | |
| **Avaliação de conhecimentos**  O formador deve avaliar os conhecimentos e compreensão através de perguntas relevantes durante cada um dos aspetos da sessão. | | |

## Aula 1.5.1 Apresentações dos delegados

|  |  |
| --- | --- |
| Aula 1.5.1 Apresentações dos delegados | Duração: 210 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição. * Acesso à Internet (se disponível). * Exemplos de hardware de computador (se disponível). * Quadro branco. * Canetas para quadro branco (pelo menos, 2 de cada, azul, preto, vermelho e verde). * 2 cartazes com papel adequado. * Bloco de notas de estudante e canetas. * Agrafador, furador e tesouras. * Fita ou um produto semelhante para permitir a fixação de papéis temporariamente na parede. * Quaisquer recursos adicionais solicitados pelos delegados * Sessão 1.5.1 - Formulário de avaliação do exercício de apresentação da formação | |
| **Objetivo da sessão:**  Esta sessão é para fornecer aos delegados a oportunidade de demonstrar o conhecimento adquirido, dando uma apresentação aos seus pares e aos formadores sobre um assunto da sua escolha, formar o programa do curso. Em alguns casos, isso pode ser feito em equipas de até quatro representantes e em outras como apresentações individuais, dependendo dos requisitos do curso. | |
| **Objetivos:**  No final da sessão, os estudantes serão capazes de:   * Demonstrar a sua capacidade de fornecer uma sessão curta, encapsulando o conhecimento que adquiriram no decorrer do módulo * Identificar tais áreas onde existe necessidade de melhorar o seu conhecimento para o nível necessário para ser um apresentador eficaz | |
| **Guia de formação**  Esta sessão foi preparada para permitir que os delegados façam uma breve apresentação do que prepararam. Foram instruídos a entregá-lo de tal forma que demonstrem a sua aprendizagem e capacidade de apresentar os elementos do formação no seu estilo pessoal de apresentação. Não há apresentação para esta sessão, pois não é uma lição ensinada.  É fornecido um formulário de avaliação do delegado para que cada apresentador possa ser avaliado pelos outros delegados e formadores. Está incluído um formulário na pasta de recursos. Isto deve ser preenchido por cada formador do delegado e entregue ao apresentador, para que possa consultá-lo mais tarde para ajudá-lo a melhorar futuras apresentações e identificar áreas de melhoria.  Onde isto é entregue como um exercício em equipa, tendo cada uma um total de 30 minutos. Isso inclui o tempo para a preparação, apresentação, feedback deles e dos outros delegados e formadores. O formador pode desejar colocar o horário das apresentações numa parede ou porta, juntamente com a ordem das apresentações que foram decididas no dia anterior. Onde o tempo disponível e o número de alunos pequeno permitem apresentações individuais. O tempo total deve ser de 20 minutos por apresentação, com a entrega real restrita a 10 minutos. É importante que o horário seja cumprido, a fim de garantir a equidade a todos os alunos. | |

## Aula 1.5.2 Encerramento do curso

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Aula 1.5.2 Encerramento do curso | | Duração: 60 minutos |
| **Materiais necessários:**   * PC/computador portátil com versões de software compatíveis com os materiais preparados * Projetor e ecrã de exibição. * Acesso à Internet (se disponível). * Exemplos de hardware de computador (se disponível). * Quadro branco. * Canetas para quadro branco (pelo menos, 2 de cada, azul, preto, vermelho e verde). * 2 cartazes com papel adequado. * Bloco de notas de estudante e canetas. * Agrafador, furador e tesouras. Fita ou um produto semelhante para permitir a fixação de papéis temporariamente na parede. | | |
| **Objetivo da sessão:**  Esta sessão foi concebida para permitir que os delegados forneçam feedback sobre o curso e auxiliem o formador na identificação de quaisquer melhorias que possam ser feitas. É também para o formador recapitular o conteúdo do curso por referência à meta e objetivos. | | |
| **Objetivos:**  No final desta sessão, os participantes serão capazes de:   * Fornecer feedback apropriado sobre o curso e a sua eficiência * Preencher os formulários de avaliação do curso COE * Identificar o nível seguinte de aprendizagem que necessitam de adquirir para melhorar o seu conhecimento e competências no assunto em questão | | |
| **Guia de formação**  Esta é uma sessão importante do curso e deve ser aplicada para obter feedback dos alunos sobre o conteúdo do curso e a metodologia utilizada para administrar o curso. Quaisquer formulários de avaliação devem ser preenchidos ou finalizados durante esta sessão. O instrutor deve recapitular toda a sessão do curso e verificar se os objetivos foram cumpridos. Uma vez terminada a sessão, o formador é responsável por garantir que todos os comentários considerados e que quaisquer alterações necessárias sejam implementadas no curso como uma modificação menor contínua ou durante uma atualização de modificação importante programada. | | |
| **Conteúdo da aula** | | |
| **Número dos slides** | **Conteúdo** | |
| 1  Obrigatório | Um PowerPoint é fornecido para ajudar o formador a incentivar a discussão sobre todas as sessões do curso. O treinador deve entregar os formulários de avaliação antes de iniciar esta sessão. Em algumas circunstâncias, pode ser apropriado emitir os formulários de avaliação no início do curso de modo a que os delegados possam preenchê-los à medida que o curso avança e quando as sessões ainda estiverem frescas nas suas mentes. Existe também uma tendência no final do curso para que as pessoas não as completem totalmente. | |
| 2  Obrigatório | Como em todas as outras aulas, existem objetivos definidos no início da aula. | |
| 3  Obrigatório | O horário é uma maneira útil de lembrar os delegados do conteúdo do curso e é incluído para ajudar o instrutor a incentivar e gerir o feedback dos delegados. | |
| 4 a 5  Obrigatório | O formador deve recapitular o programa e receber feedback dos delegados. Os comentários e sugestões dos delegados devem ser anotados para utilização futura. | |
| 6  Obrigatório | Este slide define as expectativas em relação à conclusão dos formulários de avaliação COE. A importância dos formulários deve ser reiterada com os delegados | |
| 7  Obrigatório | Esta é uma oportunidade final para os delegados fazerem perguntas aos formadores antes da conclusão do curso. | |
| **Exercícios práticos**  Não são previstos exercícios práticos para esta aula. | | |
| **Avaliação de conhecimentos**  Não está preparada nenhuma verificação ou avaliação para esta sessão. | | |

# Avaliação

A avaliação é uma parte importante de um curso de formação e deve ser concedido o tempo necessário para que os delegados forneçam feedback sobre a sua experiência de aprendizagem.

Este curso foi desenvolvido como um curso genérico e, como tal, muitos dos materiais didáticos são baseados em PowerPoint e sem o nível de exercícios práticos que normalmente podem ser associados a este tipo de curso.

É utilizado um formulário de avaliação pelo Conselho Europeu para avaliar os seus próprios cursos. É claro que os países são livres de utilizar os seus próprios formulários sob medida e podem solicitar uma cópia do formulário de COE se for útil. Os formadores são responsáveis ​​por garantir que os formulários são preenchidos para que possam ser feitas melhorias para as novas apresentações do curso.

# Avaliação

Não foi solicitada nenhuma avaliação para este curso, no entanto, aqueles que apresentarem os materiais no futuro, especialmente aqueles nos países onde o curso pode fazer parte de um programa avaliado, podem reconsiderar este aspeto. Se a avaliação for introduzida, devem ser utilizadas as metodologias desse país.

# Anexos

**Apresentações do PowerPoint utilizadas para o curso**

Sessão 1.1.1 - Abertura do curso

Sessão 1.1.2 - Cibercrime

Sessão 1.1.3 e 1.1.4 e 1.2.1 - Tecnologia

Sessão 1.1.5 - Competências de formação

Sessão 1.2.2 - Direito substantivo BCC

Sessão 1.2.3 - Direito substantivo nacional

Sessão 1.2.4 e 1.3.1 - Direito processual BCC

Sessão 1.2.5 - Competências de formação

Sessão 1.3.2 - Direito processual nacional

Sessão 1.3.3 - Provas eletrónicas

Sessão 1.3.4 - Competências de formação

Sessão 1.4.1 - Cooperação internacional

Sessão 1.4.2 - Cooperação pública privada

Sessão 1.4.3 - Competências de formação

Sessão 1.4.4 - Competências de formação

Sessão 1.5.1 - Apresentações dos delegados

Sessão 1.5.2 - Encerramento do curso

**Materiais de apoio às apresentações**

Introductory Judicial Course Pre-Read.doc

Sessão 1.1.5 - Exercise Sheet - Good Presenter Poor Presenter.doc

Sessão 1.1.5 - Trainer Notes - Giving Constructive Feedback.doc

Sessão 1.2.5 - Cards for non-verbal behaviour exercise.doc

Sessão 1.2.5 - Eye Contact Exercise.docx

Sessão 1.2.5 - Group with or not with you exercise (1).doc

Sessão 1.2.5 - Group with or not with you exercise.doc

Sessão 1.2.5 - Non verbal behaviour exercise.docx

Sessão 1.2.5 - Reading Exercise.docx

Sessão 1.2.5 - Voice and Gestures Exercise.docx

Sessão 1.3.4 - Communication Styles.doc

Sessão 1.3.4 - Demonstrations.doc

Sessão 1.3.4 - Guidelines for Lecturers.doc

Sessão 1.3.4 - Handouts.doc

Sessão 1.3.4 - Learning Styles.doc

Sessão 1.4.3 - Speaking to the Group.doc

Sessão 1.5.1 - Training Delivery Exercise Evaluation Form.doc

1. O Projeto Conjunto de Cibercrime@IPA da União Europeia/Conselho Europeu (Cooperação Regional em Justiça Criminal: Reforço das capacidades na luta contra o cibercrime) visa reforçar as capacidades das autoridades de justiça criminal dos Balcãs Ocidentais e da Turquia para cooperarem eficazmente contra o cibercrime. [↑](#footnote-ref-1)
2. http://www.coe.int/en/web/cybercrime/activities6/-/asset\_publisher/b7OZXPFctIap/content/iproceeds-judicial-training-workshop-in-zagreb?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.coe.int%2Fen%2Fweb%2Fcybercrime%2Factivities6%3Fp\_p\_id%3D101\_INSTANCE\_b7OZXPFctIap%26p\_p\_lifecycle%3D0%26p\_p\_state%3Dnormal%26p\_p\_mode%3Dview%26p\_p\_col\_id%3Dcolumn-1%26p\_p\_col\_count%3D1. [↑](#footnote-ref-2)
3. O GLACY+ tem como objetivo ampliar a experiência do [projeto GLACY](http://www.coe.int/en/web/cybercrime/glacy) (2013 - 2016) que apoiou sete países prioritários na África e na região Ásia-Pacífico - Maurícias, Marrocos, Filipinas, Senegal, África do Sul, Sri Lanka e Tonga. Esses países podem servir como centrais para partilhar a sua experiência nas suas respetivas regiões. Além disso, os países da América Latina e do Caribe também beneficiam do apoio nos projetos. [↑](#footnote-ref-3)